



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
DESENVOLVIMENTO HUMANO

AUTONOMIA

Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição

AUTONOMIA

Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
DESENVOLVIMENTO HUMANO

Coleção «Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição»

maio 2015

Índice

Nota de abertura	3
Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição	4
Referências bibliográficas	14
Processos e práticas de autonomia com crianças e jovens em acolhimento: uma experiência no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga	16
Referências bibliográficas	42
Anexos	44
Notas biográficas	50
Glossário	51
Ficha técnica	52



Nota de abertura

A Fundação Calouste Gulbenkian tem como uma das suas principais preocupações as Crianças e Jovens em Risco. Crianças e jovens que, conforme demonstram os mais recentes estudos e indicadores sociais, se encontram entre os grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa, seja pelas condições socioeconómicas ou socioculturais desfavoráveis que marcam os seus contextos de vida, seja por se encontrarem sujeitas a negligências, maus tratos e abusos de diversa ordem, o que coloca em causa o seu desenvolvimento integral.

Depois de alguns anos em que o foco de intervenção da Fundação esteve em projetos de apoio às famílias, procurando reforçar as suas capacidades para o melhor desempenho dos papéis parentais, de forma a evitar a institucionalização das crianças, foi considerada oportuna a intervenção no domínio do acolhimento em instituição de crianças e jovens no sistema de promoção e proteção.

Desde 2012, a Fundação tem vindo a promover a reflexão e o debate através de *workshops*, conferências nacionais e internacionais e diversas publicações, tendo por pano de fundo a execução de projetos piloto em quatro instituições de acolhimento localizadas em diferentes zonas do país. Pretende-se com esta iniciativa contribuir para a capacitação das equipas técnicas e educativas destas Casas e criar as condições necessárias para a preparação dos jovens acolhidos para uma vida autónoma e de plena integração na sociedade após a saída da instituição. Procura-se, assim, contribuir para um investimento, que deverá ser mais global, num cuidado fundamental a ter com as crianças e jovens no nosso país. É neste quadro que é editada a coleção de brochuras “Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição”, na qual se integra esta primeira publicação dedicada à autonomia neste contexto, tendo por base a experiência do Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, em Braga, cuja entidade gestora é a Arquidiocese de Braga.

O projeto desenvolvido por esta instituição de acolhimento assentou numa estratégia transversal de reorganização interna que envolve toda a instituição, através da integração de novas práticas e processos nas rotinas da vida das crianças e jovens visando a sua autonomia. Nela participam desde as crianças mais novas aos jovens mais velhos, residentes no Apartamento de Autonomia, na qualidade de sujeitos de direitos e não apenas enquanto sujeitos que apresentam necessidades a serem colmatadas, como é mencionado no texto central desta brochura.

O desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a aprendizagem de tarefas da vida quotidiana, a gestão e organização da vida numa casa, são temas abordados e experimentados com o apoio das equipas técnica e educativa, dos educadores de referência que vão abrindo novos caminhos, fornecendo novas ferramentas que tentam tornar crianças e jovens mais independentes e mais capazes de viver a vida em plena autonomia.

Esta experiência é partilhada com o intuito de poder inspirar outras instituições a refletirem sobre esta temática e a incorporarem nas suas práticas diferentes estratégias e novas metodologias de trabalho. Como expresso no texto da equipa da Oficina de S. José, é imperioso que a autonomia passe a constituir-se como uma dimensão basilar no quotidiano da ação educativa em Lar de Infância e Juventude, assente em lógicas de ação que se consubstanciam na densificação dos Direitos da Criança, trave mestra da intervenção no sistema de promoção e proteção em Portugal.

Isabel Mota
Administradora FCG



Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição

Maria João Leote de Carvalho e Hugo Cruz

*“A autonomia de cada ser implica espaço para se mover e espaço para dialogar. A educação exige espaço livre para brincar e adultos para conversar. Meter as crianças onde não há espaço livre, corresponde ao risco de as alienar.”
(João dos Santos, 1983, p.114)*

Como promover a autonomia em crianças e jovens acolhidos em instituição no sistema de promoção e proteção? Que condições e estratégias pode uma instituição de acolhimento criar visando a aquisição e desenvolvimento de competências de autonomia nas crianças e jovens que acolhe, tendo por fim a sua transição para a vida ativa e plena inclusão na sociedade? Estes são dois dos desafios complexos que as instituições de acolhimento enfrentam na atualidade e que constituíram os pontos de partida do projeto desenvolvido pela equipa do Lar de Infância e Juventude ‘Oficina de S. José’, em Braga,

apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do Programa Crianças e Jovens em Risco. De origem grega¹, o termo “autonomia” suscita diferentes interpretações e significados consoante o ângulo de visão que se tome. Fundando-se o seu sentido na ideia de autodeterminação pessoal, surge frequentemente relacionado com as noções de independência, liberdade, autossuficiência ou governo próprio, capacidade de um indivíduo assumir e gerir a tomada de decisões sobre a sua própria vida. A um mesmo tempo, com base numa relação complexa, frequentemente se associa a tríade “construção da autonomia, conquista de liberdade e aquisição de independência” (Pappámikail, 2010, p.406). Deste modo, acaba por se revelar um conceito dual, cuja análise tende a variar entre a definição normativa, uma construção social, e a sua operacionalização e realização prática, nem sempre facilmente conciliáveis entre si (Christman, 2003). Esta dualidade aprofunda-se no contexto atual, em cenários atravessados pela individualização, pela

1. Originário da palavra grega autos (próprio) e da palavra nomos (norma, lei) (Pires, 2011).

(des)responsabilização e dispersão em termos de referências e valores, tornando-se a tarefa da autonomização muito complexa para qualquer indivíduo. A resolução desta tarefa complexifica-se ainda mais no caso das crianças e jovens acolhidos em instituição em função das especificidades dos seus percursos de vida.

Preconizava João dos Santos (1980, p. 313) que “a vivência de cada pessoa é única e autónoma. Ser autónomo é ter uma vida interior e vida exterior é a solidão da infância mais remota”. Este pensamento adquire particular relevância no contexto da execução de uma medida de acolhimento em instituição, seja em Lar de Infância e Juventude, Centro de Acolhimento Temporário, Apartamento de Autonomia ou noutra de natureza similar, ao abrigo da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo².

Uma medida de promoção e proteção, concretizada em meio natural de vida ou em acolhimento familiar ou institucional, tem por objetivo primordial afastar o perigo em que as crianças e os jovens se encontram promovendo-se as condições que permitam proteger e garantir a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, bem como a recuperação física e psicológica relativamente às formas de negligência, exploração ou abuso a que estiveram sujeitos. Só pode ser aplicada quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança e desenvolvimento ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles

não se oponham de modo adequado a removê-lo. O acolhimento em instituição é a medida de último recurso, devendo ser aplicada só nos casos mais graves em que todas as outras medidas se revelam ineficazes. No entanto, esta medida não pode, de forma alguma, ficar restrita a uma ideia de mero colmatar de uma falha, omissão ou inadequação do contexto familiar, devendo ser executada e promovida na perspectiva de uma oportunidade que possa proporcionar ganhos efetivos para a criança ou jovem e para a família (Martins, 2004). Proteção, confiança, segurança, estabilidade, inclusão, solidariedade, autonomia e responsabilidade devem ser princípios básicos de funcionamento e de intervenção de uma instituição.

Prevê a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no seu art.º 58.º, os direitos específicos da criança e do jovem acolhido em instituição. Entre estes, salienta-se o direito a “usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação”, devendo o mesmo estar plasmado no regulamento interno das instituições. Uma vez que estas funcionam em regime aberto e devem estar organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva próxima de um nível familiar, com base num quotidiano de integração na comunidade envolvente, é crucial entender como é operacionalizado o conceito de autonomia e quais os desafios e constrangimentos que emergem neste contexto.

Uma das questões mais importantes na promoção de processos de autonomia em crianças e jovens

2. Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, com as alterações impostas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto.



prende-se com a necessidade de lhes dar voz no sentido de os envolver como atores sociais, na construção de um caminho para o bem-estar pessoal e social (Carvalho, 2015). Trata-se de uma perspetiva relativamente recente e que adquire especiais contornos na população acolhida no sistema de promoção e proteção, em função das situações de perigo na origem da aplicação da respetiva medida. É baseada num conceito positivo de bem-estar focado nas ações e experiências atuais de cada indivíduo, de cada criança e jovem, relacionadas com o seu papel social enquanto membro de uma sociedade. Esta ideia é essencial no modo de encarar a criança e jovem e determinante para a forma como os adultos desenvolvem as suas relações com os mais novos, perspetivando-os como indivíduos de pleno direito.

Nesta linha de orientação, "o bem-estar pode ser definido como a realização dos direitos da criança e

do cumprimento da oportunidade para cada criança ser tudo o pode ser, à luz das suas capacidades, potencial e habilidades. O grau em que isto é alcançado pode ser medido em termos de resultados positivos da criança, enquanto os resultados negativos e a privação apontam para a negligência dos direitos das crianças" (Bradshaw, Hoelscher e Richardson, 2007, p.135). Esta é uma definição direcionada para os Direitos da Criança e que compreende várias dimensões – emocional, psicológica, física, potencialidades sociais e ambientais – indissociáveis da construção de um processo de autonomização que requer a incorporação das perceções da criança ou do jovem sobre si próprio, sobre a sua vida e as suas aspirações e expectativas de futuro (Ben-Arieh, 2006; UNICEF, 2007; UE, 2008; Graham, 2011).

Neste processo, o respeito é um fator-chave; exige não só que adultos, crianças e jovens reconheçam

a existência de 'outro(s)', com base num princípio de igualdade e dignidade, mas revela-se tarefa indispensável dos adultos melhorar o respeito das crianças e dos jovens acolhidos em instituição relativamente a si próprios (Carvalho, 2015), tarefa complexa e desafiante perante os percursos de vitimação a que estiveram anteriormente sujeitos. Na perspetiva da construção da sua autonomia, é fundamental que crianças e jovens em acolhimento tenham a possibilidade de tomar decisões e promover escolhas num plano de crescente responsabilização e partilha com os pares e os adultos, não apenas relativamente ao que se refere às dinâmicas internas e organização institucional como deve ser promovida a sua inclusão na comunidade envolvente (CID, 2005). A inclusão na comunidade, aos mais diversos níveis e patamares de intervenção (i.e. rotinas diárias, associações desportivas e culturais, iniciativas comunitárias informais, etc.) constitui trave mestra no desenvolvimento das competências pessoais e sociais (Del Valle & Zurita, 2000; Gomes, 2010). É essencial promover oportunidades para a participação na vida social para que crianças e jovens possam incorporar um sentido de responsabilidade coletiva (Rizzini, Pereira & Thapliyal, 2008). Mas terão todas as instituições presente esta linha de orientação? De igual modo, é de questionar se terão as condições mínimas para a promoção do desenvolvimento de quem acolhem e para o estabelecimento das relações interpessoais e de vinculação que estas crianças e jovens necessitam (Martins, 2005)? Quais os recursos que os sistemas

judiciários e sociais e as comunidades locais têm para cumprir os propósitos de autonomização dos jovens acolhidos?

Basta olhar o extraordinariamente reduzido número de medidas de "apoio para a autonomia de vida" (Art.º 35, da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) aplicadas em Portugal, ao longo dos últimos anos, para se perceber como esta é uma problemática incómoda e de escassa visibilidade no debate público. Traduz-se também numa ausência de respostas sociais e educativas específicas para determinadas faixas etárias, situação que reflete um alheamento das comunidades locais e do poder político relativamente à necessidade de criação de condições efetivas para a execução de uma medida que, cada vez mais, se revela necessária. São desafios que assumem uma especial preponderância num tempo em que o sistema nacional de acolhimento, como nunca acontecera antes, se caracteriza pela presença, em números cada vez mais elevados, ano após ano, de jovens acima dos 12 anos de idade, inclusivamente, acima do limite etários dos 21 anos, limite estabelecido por lei para a intervenção, por (uma quase) inexistência de outras respostas nas próprias comunidades.

Sendo a autonomia uma tarefa desenvolvimental distintiva do período da adolescência, vive-se, no tempo presente, um paradoxo: " *cresce-se mais cedo, mas emancipa-se cada vez mais tarde*" (Pappámikail, 2010, p.398). O debate sobre o problema das transições juvenis para o mundo adulto está na ordem do dia na agenda pública. Nas sociedades ocidentais, o alongamento da condição de jovem



e do período de tempo da juventude é um facto indiscutível (Galland, 2003). Contudo, para muitos jovens abrangidos por sistemas de promoção ou proteção e judiciais, a transição para a vida adulta tende a acontecer mais cedo do que para a maioria dos pares da mesma idade, mas de diferentes origens sociais. Esta situação tende a ser agravada em contextos marcados pela crise económica, pelo aumento das taxas de desemprego, de pobreza e de exclusão social entre os jovens, a par da manutenção por mais tempo no sistema educativo.

Desde há muito que o universo dos jovens nas sociedades ocidentais tende a ser visto como restrito e fechado, rotulado como de impermanente irresponsabilidade, num espaço e tempo onde os jovens são considerados como adultos para algumas coisas e como as crianças para outras (Bourdieu, 1980). Esta ambivalência estrutural das sociedades ganha significativa dimensão quando transposta para o universo específico sistema de acolhimento institucional. Uma das maiores dificuldades que persiste é a estigmatização que os jovens e as instituições que os acolhem ainda hoje enfrentam. Nega-se a evolução da realidade social e a crescente complexidade das experiências sociais dos indivíduos, juntamente com a importância do sentido e significado atribuído por cada um à construção da interação social (Almeida, 2009), o que acaba por redundar numa visão redutora e minimalista sobre as funções que devem ser asseguradas neste contexto. Deste modo, corre-se o risco de (voltar a) assistir à emergência de paradigmas de carácter

eminentemente assistencialista que prevaleceram durante décadas.

Os espaços de socialização de crianças e jovens na atualidade estão em evolução constante e não têm comparação com aqueles onde cresceram os pais. O estatuto atual atribuído à família e às suas diferentes formas de organização, à escola e aos meios de comunicação (especialmente os novos media social), como instâncias de socialização, promove novas relações para o crescente desenvolvimento de processos de socialização horizontal, com os pares, num puzzle fragmentado de referências sociais e educacionais, laços sociais e papéis em constante mudança, que substituem algumas das tradicionais formas de socialização vertical. Superando as teorias tradicionais, as tendências sociológicas mais recentes baseiam-se no pressuposto de que crianças e jovens são atores sociais, que não podem ser vistos numa perspetiva que os coloque como exclusivamente socializados unidirecionalmente por outros.

A socialização é um processo contínuo, sustentado pela pertença de cada indivíduo a diferentes grupos sociais ao mesmo tempo, o que muitas vezes determina modos antagónicos de ação e promove a necessidade de indivíduos e grupos se ajustarem permanentemente às mudanças sociais em curso, não sendo por isso possível determinar a autonomia como uma condição rígida. Crianças e jovens socializam-se em contextos sociais múltiplos, capazes de incorporar, simultaneamente, uma diversidade de ações, competências e tipos



de conhecimento (Almeida, 2009). A socialização deve, pois, ser entendida como uma experiência integradora em continuum que leva à reconstrução permanente de experiências pessoais.

As alterações nos padrões tradicionais do ciclo de vida, especialmente sentidas durante a fase da juventude, tornam visíveis as novas formas de transição para a vida adulta em que não mais é possível falar de um percurso linear (Singly, 2005) e sincronizado dos eixos escolar-profissional (fim da escolaridade e entrada no mercado de trabalho/início de atividade profissional) e familiar-matrimonial (saída do lar familiar e constituição de nova família). Agregados numa tríade de processos inter-relacionados, autonomia, independência e liberdade ganham novos significados que se cruzam e, muitas vezes, se sobrepõem em múltiplos planos da ação social (Pappámikail, 2010), sendo recorrentemente usados como se sinónimos se tratasse.

Se até recentemente a autonomia era definida na base da separação e desvinculação da família, esse entendimento é hoje colocado em causa pelos modos de vida juvenis. Revela-se cada vez mais a importância de perceber a autonomia num plano de interdependências em que interferem variáveis internas e externas (Spear & Kulbok, 2004).

Os jovens ganham autonomia através de um processo de individualização em que a construção da identidade social é fundamental abarcando três níveis: cognitivo, emocional e funcional (Reichert & Wagner, 2007). Cognitivo ao nível da capacidade

individual de, através de processos cognitivos, fazer as suas próprias escolhas, refletir e pensar sobre as suas ações e estabelecer objetivos para a sua vida. Emocional ao ser capaz de definir metas por sua livre vontade e em independência das intenções e desejos de outrem. Funcional ao conseguir tomar decisões e resolver situações por si mesmo, concretizando em ações os seus pensamentos, sentimentos e emoções.

Muitas vezes a aparente independência material é confundida com autonomia. Ter um emprego ou estar em formação não significa que um jovem é, por si só, autónomo ou mais responsável pela sua própria vida; poder ter melhores condições materiais é diferente de ser capaz de orientar a sua vida numa linha de conformidade social. Para desenvolver a autonomia responsável é necessário que o indivíduo tenha experimentado relações sociais e pessoais positivas com os outros (Raymond, 1999). A autonomia não pode ser alcançada por meio de um método rigoroso igual para todos (Barth, Greeson, Zlotnik & Chintapalli, 2009), já que tem significados diferentes com base em diversas necessidades individuais e sociais, incluindo a visão que se tem da realidade social, a capacidade de integrar mais informações e de estar disponível e ser flexível para a mudança. Numa intervenção de promoção e proteção existem sempre várias visões e mundos sociais em confronto: da instituição, das equipas técnica e educativa que a constituem, das crianças e jovens que acolhem, no geral e de cada um em particular, e os múltiplos olhares e visões do exterior, que interpenetram



e influenciam os anteriores. Este confronto pode convergir se a instituição promover oportunidades adequadas para entender o que realmente significa a promoção e proteção dos direitos e o objetivo de autonomia para as próprias crianças e jovens que acolhe, numa perspetiva que abra as portas à inclusão comunitária (CID, 2005).

A natureza multifacetada da autonomia, enquanto processo psicossociológico determinado num quadro de valores e processos (Pappámikail, 2010), determina que qualquer intervenção em contexto institucional tenha de atender a uma ampla gama de motivações, interesses e necessidades sociais, psicológicas, culturais e educacionais de cada jovem, de nível de complexidade diverso, e não apenas aquelas relacionadas especificamente com a situação de perigo que esteve na origem do seu acolhimento.

É um facto que as crianças e jovens acolhidos tendem a apresentar maior probabilidade para sofrer de problemas de desenvolvimento (físico, cognitivo, linguístico, emocional, entre outros) e de funcionamento psicossocial, que condicionam a sua trajetória e exigem cuidados e respostas específicas relativamente aos quais importa considerar a influência de outras variáveis (i.e. idade de admissão e saída do sistema, tempo de permanência em instituição, colocações anteriores, qualidade da intervenção desenvolvida) (Martins, 2005).

A ausência de uma efetiva retaguarda familiar ou rede social de apoio na comunidade de origem é um problema que atravessa os quadros de vida destas crianças e jovens. A estruturação de um percurso

de autonomização implica a (re)construção da noção de família, processo especialmente complexo e com contornos mais delicados quando no passado se viveram experiências traumáticas de negligências, abusos, maus tratos, abandono ou outras formas de exploração. A imagem idealizada pelo jovem sobre a sua própria família constitui uma importante dimensão, sempre presente no seu pensamento e no seu agir. Independentemente do nível real de interação no passado ou dos relacionamentos atuais e efetivos com a família, esta imagem influencia as suas ações e tomada de decisões, incluindo a determinação das aspirações e expectativas pessoais, profissionais e familiares futuras. Em muitos casos, este processo de idealização apoia a sua intenção de autonomização, com base no desejo de ultrapassar as experiências passadas, mas também pode funcionar de modo inverso, ao focar o seu interesse exclusivamente no apoio e ajuda aos pais e outros familiares, como se emergisse uma necessidade de reparação perante os mesmos. Estudos realizados em Portugal, nos últimos anos, apontam que os jovens acolhidos em instituição, ao nível da autonomia, revelam maiores necessidades do que outros não acolhidos, nomeadamente no âmbito das atividades da vida diária (gestão de recursos e pessoal) (Veloso, 2014) e que o grau de satisfação com a vida está positivamente relacionado com a autonomia (na sua forma geral), com a dimensão autonomia funcional e com a satisfação com a instituição (Neves, 2011). Entre as respostas que visam colmatar estas necessidades específicas, que não é exclusiva

da população acolhida em Portugal estando igualmente identificada noutros países, destaca-se o programa *Umbrella*³, que constitui um instrumento de trabalho tendo por objetivo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e de autonomia neste tipo de contexto.

Na construção de um percurso de autonomização importa reter que o significado e o valor do tempo para um jovem não são os mesmos que os percebidos por um adulto (Trépanier, 2008). O tempo é uma variável complexa de gerir no âmbito da execução de uma medida de acolhimento em instituição; é essencial estar ciente dos diferentes níveis de mudança que podem ser alcançados, a curto ou médio prazo, na vida das crianças e dos jovens acolhidos (Raymond, 1998). Neste âmbito, o valor do tempo pode ser discutido, pelo menos, em três níveis. O primeiro diz respeito aos procedimentos formais e está relacionado com a duração do processo de promoção e proteção e os seus efeitos sobre a vida da criança ou jovem. O segundo nível baseia-se na importância da organização do tempo

e das rotinas na instituição, que se associa com a terceira dimensão, expressa em termos individuais, a respeito das formas como cada indivíduo experimenta, representa e constrói a noção de tempo, com ritmos e interações específicas e pessoais.

A noção de tempo é socialmente aprendida na interação com os outros, em conformidade com um quadro cultural e social específico (Elias, 1989). Para muitos jovens, o tempo tende a existir apenas no momento presente e a ser percebido na ação imediata, no concreto, no vivido. O valor do tempo reflete-se na forma como os jovens revêm e (re)constróem as suas experiências passadas, um passo fundamental para a construção de um percurso de autonomia responsável. Esta situação adquire um significado especial quando o acolhimento em instituição se prolonga por anos ou quando não se trata da primeira medida de promoção e proteção aplicada ao jovem. Na maioria dos casos, colocações anteriores noutras instituições e outras medidas representam um desafio acrescido.



3. Elaborado na sequência de um projeto Leonardo da Vinci, financiado pela União Europeia entre 1997 e 2000, que envolveu organizações educativas de cinco países: Holanda, Finlândia, Escócia, Alemanha, Suécia. Os autores do manual original são Eeva Timonen-Kalio (ed.); Kim Berglund, Ritva Manner e Alison Caufield-Dow.

O tempo é, pois, um processo de aprendizagem crucial na construção da autonomia. Logo, a regulação do tempo e a previsibilidade são fatores-chave na execução de uma medida de acolhimento em instituição. Sem estas variáveis, os jovens podem aderir superficialmente aos procedimentos implementados durante o período da sua execução e às regras internas estabelecidas, mas a ação educativa carecerá de valores e de ética, fatores imprescindíveis à efetiva construção de um projeto de vida.

Para que a autonomia seja uma experiência de aprendizagem não pode ser dissociada de uma perspectiva ampla de educação, que inclui modalidades formais e informais de intervenção em que se reivindica mais envolvimento e responsabilidade da comunidade em todo o processo. Os efeitos das vulnerabilidades sociais e individuais são cumulativos nas trajetórias das crianças e jovens acolhidos em instituição, o que significa que a intervenção deve ser clara relativamente aos objetivos específicos que são possíveis de alcançar num curto espaço de tempo. A transição progressiva do jovem para o exterior tem que ser trabalhada de dentro para fora da instituição e a sua qualidade e eficácia dependem da coesão e da estrutura de planeamento, ou seja, da importância que se dá ao trabalho diário, às atividades e aos programas oferecidos no contexto institucional. As atividades educativas e de formação são decisivas e constituem uma vantagem para os jovens acolhidos porque são uma condição essencial para a futura integração socioprofissional. Além disso,

podem fazer a diferença nas suas vidas já que tais atividades podem não estar facilmente acessíveis na comunidade de origem. No entanto, a educação formal, por si só, não é suficiente para os objetivos de autonomização; é crucial considerar outras modalidades (educação informal) e ainda mais importantes são as atividades/programas especializados sobre as necessidades específicas que a população acolhida, e cada criança ou jovem, em particular, têm.

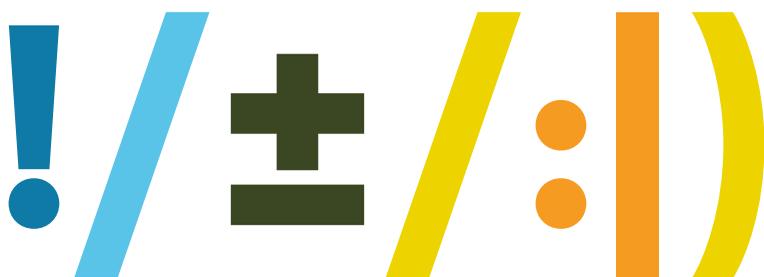
Pensar no bem-estar pessoal e social do jovem numa 'perspetiva de efetivação dos Direitos da Criança' implica que a família ou substitutos, comunidade e Estado precisam de reforçar as redes sociais para evitar o aumento de fatores negativos cumulativos que sofreram ao longo do tempo. As aspirações e as expectativas futuras são baseadas em experiências presentes e passadas e, por isso, a ausência de uma rede social eficaz como alternativa ao acolhimento em instituição ou à aplicação de outra medida, pode forçar os jovens a entrar no mundo dos adultos mais cedo do que o esperado. Em alguns casos, isto pode significar um esforço adicional para a autonomia, especialmente em tempos de crise socioeconómica em que o emprego, a habitação e as oportunidades educacionais se tornam escassas; contudo, para outros jovens, isto pode representar uma oportunidade para se vir a ser mais bem-sucedido, tendo por base o objetivo de quebra do ciclo de experiências passadas. Não existe um caminho único para a construção da autonomia individual. Um sistema mais eficaz requer a promoção da responsabilidade social dos jovens, através do qual

o bem-estar pessoal e social pode ser alcançado. Responsabilidade e autonomia não são conceitos estáticos; estas noções são (re)construídas pelos indivíduos nos contextos sociais em que vivem de acordo com um tempo e espaço concretos. Como tal, existe a necessidade de um envolvimento mais sistemático dos técnicos e demais intervenientes com as crianças e os jovens, proporcionando-lhes oportunidades reais para o desenvolvimento do seu potencial, construindo e planeando o futuro num processo suportado pelas estruturas comunitárias existentes.

A intervenção em instituição exige o envolvimento efetivo da comunidade no apoio à população acolhida e deve ser focada numa abordagem positiva e holística em que se promova o reconhecimento das suas necessidades a par dos seus pontos fortes.

A lógica é que a comunidade se assuma como co-cuidadora, no sentido mais lato do termo, das crianças e jovens em instituição.

Termina-se este texto com a ideia de que a organização interna das instituições de acolhimento de crianças e jovens é crucial para o desenvolvimento de uma mais eficaz intervenção promotora da autonomia de crianças e jovens sendo imprescindível, para este fim, que se atue como uma dimensão de terreno de exercícios protegido na mediação com a família e com a comunidade. Só através do envolvimento dos jovens na construção da própria autonomização é possível abrir horizontes que irão promover a mudança e a sua participação efetiva na construção da vida social de uma forma positiva e responsável.



Referências bibliográficas

Almeida, A.N. (2009). *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Barth, R., Greeson, J., Zlotnik, S. & Chintapalli, L. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6:2, 147-175.

Ben-Arieh, A. (2006). *Measuring and monitoring the wellbeing of young children around the world.* Paper commissioned for the EFA Global Monitoring report 2007, Strong foundations: Early childhood care and education.

Bourdieu, P. (1980). *Questions de Sociologie.* Paris : Les Éditions de Minuit.

Bradshaw, J., Hoelscher, P. and Richardson, D. (2007) An index of child well-being in the European Union 25, *Journal of Social Indicators Research*, 80, 133-177.

Carvalho, M. J. L. (2015). "Rehabilitating and educating for responsible autonomy: two sides of a path to personal and social well-being". In R. Carneiro (Ed.). *Youth, offense and well-being: Can science enlighten policy?* Lisboa: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp.-227-252.

Christman, J. (2003), *Autonomy in Moral and Political Philosophy* [Versão Eletrónica], Stanford Encyclopedia of Philosophy.

Del Valle, J. F. & Fuertes Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia.* Madrid : Piramide.

Elias, N. (1989). *Sobre el Tiempo.* México: Fondo de Cultura Económica

EU (2008). *Resolution on the Health and Well-Being of Young People. Council and the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 20 November on the health and well-being of young people* [Official Journal C 319 of 13.12.2008].

Galland (2005). (2003). Adolescence, post-adolescence, youth. *Révue Française de Sociologie* (5), Vol. 44, 163-188.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro.* Alfragide: Texto Editores.

Graham, A. (2011). *Strengthening young people's social and emotional wellbeing.* Centre for Children and Young People: Background Briefing Series, n.º 7.

Martins, P. C. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços.* Tese de doutoramento em Estudos da Criança Braga: Universidade do Minho.

Martins, P. C. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais, *VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?* - 23 de Maio de 2005, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp:1-11.

Neves, M. (2011). *Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados: Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização.* Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Ramo de Especialização: Psicoterapia e Psicologia Clínica, Instituto Superior Miguel Torga.

Pappámikail, Lia – Juventude(s), autonomia e Sociologia, *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, 2010, pág. 395-410

CID, Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos (Leandro, Armando; Alvarez, Dora; Cordeiro, Mário e Ricardo Carvalho) (2005), *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*, Edição Instituto da Segurança Social, I.P., disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens

Raymond, M. T. (1999). Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes. *Infância e Juventude*, 1, 9-112.

Raymond, M. T. (1998). Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição. *Infância e Juventude*, 3, 9-75.

Reichert, C.B., & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38 (3), 292-299.

Rizzini, I.; Pereira, L. & Thapliyal, N.(2008). Percepções e experiências de participação de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. *Revista Katálisis*, Florianópolis V. 10, n.º 2, 164-177.

Santos, J. (1983). *Ensaio sobre Educação – II. O Falar das Letras*, Lisboa, Livros Horizonte [edição/reimpressão 1991], p. 114.

Spear, H. J. & Kulbok, P. (2004). Autonomy and Adolescence: A Concept Analysis. *Public Health Nursing*, 21(2), 144-152.

Singly, F. (2005). *Las formas de terminar y de no terminar la juventud". In S. Gaviria (Ed.), Autonomia de la juventud en Europa*, Madrid, INJUVE, pp. 111-121.

Trépanier, Jean (2008). "Du passé au futur: réflexions à propos du régime canadien relatif aux mineurs délinquants", *Direito das Crianças e Jovens. Actas do Colóquio*, Lisboa: CEJ, ISPA, pp.111-163.

UNICEF (2007). *Child poverty in perspective: An overview of child well-being in rich countries.* Florence: UNICEF.

Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia.* Dissertação de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu.

Processos e práticas de autonomia com crianças e jovens em acolhimento: uma experiência no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga

Autores

Ana Costa, Catarina Tomás, Edson Luís,
Liliana Rodrigues, Mafalda Malheiro,
Serafim Gonçalves

Introdução

A relevância social, política, jurídica, académica e ética que a autonomia das crianças e jovens em situação de acolhimento em Lar de Infância e Juventude (LIJ) tem vindo a ganhar internacional e nacionalmente proporcionou o desenvolvimento do Projeto que aqui se apresenta: *AUTONOMIA* –

*Desenvolver e dinamizar processos de pré-autonomia e a autonomização de crianças e jovens do Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José (Braga). O referido projeto foi promovido e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que tem vindo a assumir em Portugal um papel importante na promoção dos direitos das crianças em situação de acolhimento institucional. Neste texto, o enfoque será sobre a autonomia das crianças e jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude, uma vez que a **promoção de competências de autonomia assume um papel***

relevante no trabalho com todas as crianças e jovens e em especial as crianças e jovens de risco. São várias as investigações e os programas de desenvolvimento da autonomia com vista à promoção de competências sociais e pessoais (Del Valle & Zurita, 2000; Colen et al., 2005; Georgiades, 2005; Leandro et al., 2006; Barth et al., 2009) de crianças e jovens em contexto de acolhimento institucional. Estas investigações revelam que este tipo de iniciativa promove a formação de jovens independentes e com competências sociais, o que é uma lógica contra ciclo, uma vez que, na maioria das vezes, atingindo os 18 anos (ou os 21 anos) os jovens têm que abandonar o lar de acolhimento, nem sempre munidos de um conjunto de competências que lhes permita uma integração social. Assim, partilhando da ideia de Del Valle (citado em Gomes, 2010) «as instituições têm a obrigação de desenvolver programas de competências para a vida independente destinados a todos os adolescentes, de modo a chegarem à idade adulta com preparação adequada» (p.24).

Não obstante, o caráter polissémico do conceito, **a autonomia origina diferentes olhares e significados, tornando fértil a análise dos sentidos, percursos e práticas inerentes às condições da sua promoção.** Ao perspetivar-se a autonomia como «um processo social vivido e experimentado pelos sujeitos que a ela procuram aceder» (Pappámikail, 2010, p. 396), a sua promoção não pode deixar de ser considerada como um objetivo fundamental de políticas públicas e da ação dos Lares de Infância e Juventude no quadro do sistema de promoção e proteção em Portugal. Os princípios fundamentais para a promoção de um acolhimento em LIJ de qualidade passam, em nossa opinião, entre outras dimensões, pela promoção e garantia do direito das crianças, de que a autonomia é uma dimensão fundamental. Pretende-se neste texto apresentar o percurso que a Oficina de S. José (OSJ Braga) tem desenvolvido no âmbito da promoção dos direitos da criança, nomeadamente no desenvolvimento de processos, âmbitos e esferas potenciadores da/na autonomia.



1. Caracterização das crianças e jovens, das equipas e do LIJ Oficina de S. José

O CASA 2014 – Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens (ISS, 2014) caracterizou as 8.470 crianças em Portugal que se encontravam em situação de acolhimento institucional nesse ano. O número de crianças e jovens acolhidos tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, ainda que a análise destes dados exija um olhar atento e aturado dos relatórios.

A Oficina de S. José é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede em Braga. Enquanto Lar de Infância e Juventude tem como objetivo geral promover a concretização da medida de promoção e proteção «acolhimento em instituição» (art.º 35, da Lei 147/99 de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Acolhe crianças e jovens do sexo masculino e procura promover os direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) das Nações Unidas, mormente o direito à educação, ao bem-estar e ao desenvolvimento integral. Foi fundada em 1889 com o intuito de dar resposta ao problema da educação de crianças e jovens em situação de abandono, orfandade ou outra situação de perigo. A entidade gestora é a Arquidiocese de Braga. No que concerne à vertente financeira, a Instituição tem acordos de cooperação com a Segurança Social, que comparticipa a valência Lar de Infância e Juventude

(LIJ). Possui, ainda, financiamentos próprios, mormente através da Tipografia e da exploração de um parque de estacionamento.

Como objetivo específico, para o triénio 2013-2015, a partir do Projeto AUTONOMIA, pretende promover a (re)integração social e profissional das crianças e jovens, que se encontram acolhidos no LIJ, pela promoção da sua autonomia, nomeadamente na(s) forma(s) como se constrói e concretiza num LIJ. O Projeto tem como objetivo geral promover, desenvolver e apoiar processos de transição pós-institucional. Como objetivos específicos:

- (i) Desenvolver processos individuais de acompanhamento e de apoio a nível educativo, social e cultural;
- (ii) Dinamizar programas de formação específicos destinados ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais, culturais e educativas;
- (iii) Promover processos «de trabalho de prevenção e de investimento na infância e juventude» (Sampaio et. al., 2011, p.380)

Fazendo uma breve caracterização das 42 crianças e jovens do sexo masculino acolhidos atualmente (abril de 2015), as suas idades estão compreendidas entre os 10 e os 20 anos e na valência Apartamento de Autonomia (AA) encontra-se um jovem com 30 anos. Este último beneficia do acompanhamento do Lar porque revela limitações cognitivas significativas e ausência de retaguarda familiar².

2. Não obstante, apesar das dificuldades que apresenta, este jovem mantém uma atividade laboral, com regularidade na assiduidade e na produtividade; estabelecendo o Lar uma articulação estreita com a entidade patronal. Num outro âmbito, nomeadamente ao nível da gestão doméstica, social e pessoal, este jovem adquiriu competências dignas de registo, que têm vindo a potenciar o seu bem-estar e autoestima. Estamos certos de que o facto de o jovem continuar a beneficiar do acompanhamento do Lar é um assunto controverso. Contudo, somos as figuras de referência e suporte do jovem, que sem o apoio dado pelo Lar todo o seu projeto de vida ficaria seriamente comprometido. Portanto, o Lar sente-se responsável pela continuidade do apoio de que este jovem necessita e, acima de tudo, porque o deseja.

Quadro 1 – Caracterização das crianças e jovens acolhidos em abril de 2015 em função da idade e distrito de origem

CRIANÇA/JOVEM		
GÉNERO	IDADE	DISTRITO DE ORIGEM
N = 42 (masculino)	Inferior a 9 anos (especificar): 0 9 anos: 0 10 anos: 1 11 anos: 1 12 anos: 1 13 anos: 6 14 anos: 8 15 anos: 5 16 anos: 7 17 anos: 7 18 anos: 3 19 anos: 2 21 anos: 0 Superior a 21 anos (especificar): 1 (30 anos)	Braga (41) ³ Lisboa (1)

A maioria das crianças e jovens é portuguesa e natural do distrito de Braga. Oriundos de famílias multiproblemáticas, onde a pobreza multifatorial, originada pelo desemprego de longa duração, o alcoolismo, a toxicodependência, a prostituição

e os problemas mentais, são marcas estruturantes. De acordo com o quadro 2 pode observar-se as principais características das famílias das crianças e jovens acolhidos no Lar.

Quadro 2 – Caracterização das famílias da população acolhida em abril de 2015, em função da idade e situação profissional

MÉDIA DE IDADES	TIPO DE FAMÍLIAS	SITUAÇÃO PROFISSIONAL
Pai – 47 anos	Família Nuclear com filhos biológicos – 31%	Ativos – 41%
Mãe – 40 anos	Família Monoparental feminina – 28%	Não Ativos – 49%
	Família Reconstituída com filhos de outras uniões – 20%	Desempregados – 10%
	Família Monoparental masculina – 9%	
	Família Alargada – 12%	

3. Um dos jovens acolhidos é de origem cabo-verdiana, com medida de promoção e proteção aplicada pelo Tribunal de Família e Menores de Braga.

A maioria das crianças e jovens (66%) encontra-se acolhida no Lar por um período que varia entre os 2 e os 10 anos. De referir, que a maioria das medidas de promoção e proteção foram determinadas por ordem judicial. Importa ainda destacar que 50%

da população acolhida já teve experiência anterior de acolhimento, seja em Centro de Acolhimento Temporário (CAT) ou LIJ (17) e Famílias de Acolhimento (3).

Quadro 3 – Tempo de permanência no LIJ de população acolhida em abril de 2015 e Entidade que determinou a aplicação da medida

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO LIJ	ENTIDADE (que determinou a aplicação de medida)
Inferior a 1 ano: 7	CPCJ: 11
1-3 anos: 11	Tribunal: 28
4-6 anos: 13	PTC – Tutela ao Diretor da Instituição: 2
7-10 anos: 8	Outras medidas (especificar): 0
Mais de 10 anos: 3	Sem medida (AA – maior de 21 anos): 1

A maioria das crianças e jovens acolhidos estabelece contactos regulares com os familiares e tem como projeto de vida a integração na família, seja nuclear ou alargada. Aliás, das crianças e jovens que cessaram o acolhimento nos últimos cinco anos 79% regressaram à família nuclear. Não obstante aquelas desempenharem um papel importante

no projeto de vida das crianças e jovens, mantêm fragilidades e problemáticas que estiveram na origem do seu acolhimento. Assim, cada vez mais, torna-se pertinente a dinamização de competências de autonomia para possam ser estas crianças e jovens os agentes promotores da mudança do ciclo geracional disfuncional da sua família.

Quadro 4 – Enquadramento familiar e Projeto de Vida das crianças e jovens acolhidos em abril de 2015

ENQUADRAMENTO FAMILIAR	PROJETO DE VIDA
Sem suporte familiar: 3	Projeto de integração na família nuclear: 31
Com suporte familiar: 39	Projeto de integração na família alargada: 5
Com contacto regular com a família: 38	Projeto de acolhimento prolongado: 0
Com contacto esporádico com a família: 1	Com projeto de autonomia: 2
Com contacto muito esporádico com a família: 0	Futura adoção: 0
Com visitas da família mas sem saídas: 0	Sem projeto definido – em avaliação: 4
Outras situações (especificar): 0	

Muitas das crianças e jovens acolhidos apresentam défices significativos ao nível dos pré-requisitos escolares. Por outro lado, evidenciam uma desmotivação pelo sistema de ensino regular. Este não responde de forma cabal às reais

necessidades diagnosticadas nesta população. Por isso, a formação profissionalizante afigura-se como a que melhor responde às suas características e expectativas.

Quadro 5 – Caraterização das crianças e jovens acolhidos em abril de 2015, em função da frequência escolar, formação profissional ou atividade profissional

FREQUÊNCIA ESCOLAR	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ATIVIDADE
1.º CEB: 1 2.º CEB: 8 3.º CEB: 13 ENS SEC.: 2 ENS. SUP.: 0 PIEF: 0 Outros (especificar): 3 (CEI-secundário)	Curso FP: 7 CEF e Cursos vocacionais: 7 Outros (especificar): 0	Com atividade profissional: 1 Sem enquadramento profissional: 0

Uma questão importante é o facto de as crianças e jovens acolhidos no LIJ, nos últimos anos, revelarem diversos problemas de foro de saúde mental. Não sendo um fenómeno recente nem idiossincrático da realidade dos LIJ, o elevado número de crianças e jovens que apresentam estes problemas e a intensidade e complexidade dos mesmos,

afigura-se como uma realidade preocupante e de difícil intervenção sobretudo por falta de respostas públicas eficazes e articuladas nesta área. Mais de um terço da população da OSJ toma medicação psicofarmacológica, que se revela essencial na promoção da estabilidade emocional e comportamental.



Quadro 6 – Necessidades Identificadas na população acolhida em abril de 2015 e Intervenções Desenvolvidas no campo da saúde

CRIANÇA/JOVEM

NECESSIDADES IDENTIFICADAS NO CAMPO DA SAÚDE

Necessita de intervenção no âmbito da saúde mental:
 Com diagnóstico de patologia:
 Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção: 9
 Problemas de autocontrolo (comportamento sexualizado; dificuldades em lidar com a frustração; comportamento oposicional desafiante): 5
 Perturbação de Ansiedade/Depressão: 4
 Epilepsia: 2
 Perturbação de Identidade: 0
 Défice cognitivo (ligeiro e médio): 10
 Outras situações de saúde: 1 Dislexia; 1 Diabetes Mellitus tipo 1
 Paralisia cerebral: 0
 Perturbação de Gilles de Tourette: 0

INTERVENÇÃO DESENVOLVIDA NO CAMPO DA SAÚDE

Com acompanhamento psicoterapêutico no exterior: 3
 Com acompanhamento psicológico irregular na inst.: 17
 Com acompanhamento pedopsiquiátrico regular: 17
 Fazem medicação pedopsiquiátrica regular: 17

INTERVENÇÕES CONTEMPLADAS

(indicar n.º de crianças e jovens para cada item)

Psicoterapia: 0
 Psicologia: 20
 Pedopsiquiatria: 16
 Psicoeducação: 0
 Treino fonológico: 2
 Programa de competências pessoais e sociais: 0
 Treino/programa cognitivo ou de reestruturação cognitiva: 0
 Treino de relaxamento: 0

As equipas, educativa e técnica (quadros 7 e 8), são constituídas por um total de treze elementos. São predominantemente compostas por colaboradores que trabalham no Lar há já alguns anos, o que se traduz numa maior estabilidade na intervenção com as crianças e jovens. A Oficina S. José aposta, do ponto de vista organizacional, numa constante articulação entre as diferentes equipas: Técnica, Educativa e Apoio. Embora cada equipa tenha as suas responsabilidades

e funções bem definidas, entende-se que uma intervenção mais eficaz pressupõe esse trabalho de interligação estreita entre equipas, que reúnem quinzenalmente para debater questões inerentes a cada criança e jovem. Em função das necessidades diagnosticadas foram, ainda, criadas equipas de Coordenação das Crianças e Jovens, de Autonomia e de Psicologia, que reúnem semanalmente⁴.

Quadro 7 – Caracterização da Equipa Educativa

CARGO	SEXO	IDADE	HAB. LITERÁRIAS	ANOS DE SERVIÇO	AFETAÇÃO
Educadora	Feminino	65 anos	12.º ano	27	100%
Educadora	Feminino	40 anos	Lic. Educação	20	100%
Educador	Masculino	40 anos	Lic. Educação/Teologia	16	100%
Educador	Masculino	34 anos	Lic. Serviço Social	10	100%
Educador	Masculino	40 anos	Lic. Teologia	2	100%
Educador	Masculino	37 anos	Lic. Filosofia	3 meses	100%

4. De todas as reuniões realizadas são elaboradas atas.

Quadro 8 – Caracterização da Equipe Técnica

CARGO	SEXO	IDADE	HAB. LITERÁRIAS	ANOS DE SERVIÇO	AFETAÇÃO
Diretor Técnico	Masculino	41 anos	Lic. Teologia	16	100%
Jurista	Masculino	40 anos	Lic. Direito/Teologia	14	100%
Psicóloga	Feminino	38 anos	Lic. Psicologia	15	100%
Técnico de Educação	Feminino	37 anos	Lic. Educação	12	50%
Assistente Social	Masculino	34 anos	Lic. Serviço Social	6	100%
Psicóloga	Feminino	36 anos	Lic. Psicologia	6	100%
Téc. Anim. Socioeducativa	Feminino	29 anos	Lic. Anim. Socioeducativa	6	100%

A Oficina de São José tem, ainda, sete colaboradores distribuídos pelos setores

da Secretaria, Limpeza e Lavandaria.

Quadro 9 – Caracterização da Equipe de Apoio

CARGO	SEXO	IDADE	HAB. LITERÁRIAS	ANOS DE SERVIÇO	AFETAÇÃO
Ecônoma	Feminino	62 anos	12.º ano	23	100%
Auxiliar	Feminino	57 anos	6.º ano	23	100%
Auxiliar	Feminino	58 anos	6.º ano	20	100%
Auxiliar	Feminino	50 anos	9.º ano	11	100%
Lavandaria	Feminino	50 anos	9.º ano	4	100%
Rececionista	Feminino	38 anos	12.º ano	2	100%

Neste ponto iremos caracterizar o trabalho desenvolvido em matéria de Direitos da Criança. Ao longo destes 125 anos de história, a OJS acolheu cerca de mil crianças e jovens e foi acompanhando as próprias mudanças sociais e, por consequência, as do sistema de acolhimento. **Nesta reflexão importa evidenciar o percurso de consideração das crianças e jovens enquanto sujeitos de direitos e não apenas enquanto sujeitos que apresentam necessidades a serem colmatadas.** Assim, a OSJ definiu três processos-chave de ação, que são marca estruturante

de toda a sua ação, centrados em cada criança e jovem. **Acolhimento**, que visa a preparação da integração no Lar de cada criança e jovem, procurando-se que a adaptação da criança/jovem seja vivenciada da forma mais ajustada possível, tendo em conta que este momento influencia a integração e intervenção nas dinâmicas do Lar e é importante para o processo de integração numa nova casa pela criança/jovem; **Avaliação Diagnóstica** onde se procede à avaliação das potencialidades e fragilidades evidenciadas por cada criança e jovem.

Avaliam-se os contextos de saúde, educativo, familiar e pessoal/adaptação ao lar. A avaliação diagnóstica permite identificar as áreas prioritárias de intervenção. Quanto mais profunda e densa for esta avaliação, melhor se poderá intervir de acordo com as suas características e necessidades; e **Plano Sócio Educativo Individual (PSEI)**, onde se desenvolve um plano com carácter integrado, com participação por parte de todos os intervenientes (sobretudo a criança/

/jovem), que visa desenvolver competências que potenciem as qualidades e se esbatam as fragilidades de todas e cada uma das crianças e jovens que acolhe. A OSJ, de igual modo, rege a sua ação pelos seguintes princípios norteadores, que são imperativos de toda a sua missão e intervenção, tendentes ao respeito integral pelo superior interesse de cada criança e jovem acolhido:

Figura 1 – Princípios norteadores da ação da Oficina de S. José



Os Direitos da Criança são um pilar da ação da OSJ, transversal a todos os princípios acima enunciados. Numa análise mais detalhada, em como os direitos são promovidos e garantidos, caracterizaremos de seguida as *práticas, vivências e subjetividades* dos direitos em diferentes escalas: (i) no Projeto Educativo – *Educar para a autonomia com afetividade. Projeto educativo 2013-2015*, que é o documento onde estão plasmados os princípios, a ideologia, a filosofia e a metodologia de ação subjacentes às práticas do Lar, centradas nas crianças e jovens que acolhe; (ii) no *Projeto Autonomia*, em que, como defendem Rocha et al. (2009), falar de acolhimento em LIJ de crianças e jovens remete para a discussão sobre a inserção social. A OSJ tem vindo a desenvolver o Projeto de Autonomia desde 2013, que será apresentado de seguida.

2. O Projeto Autonomia na Oficina de S. José

2.1. Prólogo: Pertinência, Para quê, Porquê...

A Autonomia passa a constituir-se no Lar como uma dimensão basilar e que está presente em todos os processos, princípios e práticas, refletindo-se nos documentos estruturantes: Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades; Planos Bimestrais de Atividades e no Plano Sócio Educativo Individual (PSEI). Considera-se que não é possível trabalhar competências de autonomia sem promover uma participação ativa e efetiva de cada criança e jovem. Além da alteração das práticas dos adultos é visível e audível uma modificação do discurso das crianças, jovens e adultos durante todo o Projeto. Importa realçar a incorporação nas narrativas das crianças e jovens e restante comunidade educativa da palavra autonomia e das suas implicações quotidianas.

As imagens da figura 2, que resultam de um trabalho dinamizado no âmbito da educação social dentro do Lar, são exemplos de como a autonomia integrou os discursos das crianças e jovens, em expressões que

não são coincidentes com a teoria ou com o discurso dos adultos, mas igualmente importantes e demonstrativos de uma trajetória que se faz a passos lentos mas determinados para e na autonomia.

Figura 2 – Cartazes do “Espaço opinião” do placard interativo dedicado aos temas bimestrais



Legenda: “Direito a dar a nossa opinião” (J); “Direito ao Amor” (A); “Temos o direito a que todos os nossos direitos sejam respeitados” (S. B); “Nesta casa aprendia a escrever” (A.)

Deste modo, **autonomia é atualmente no LIJ uma dimensão de trabalho quotidiana**, que se manifesta, quer através da implementação de sessões de trabalho, quer através de práticas quotidianas. Existe uma preocupação crescente em incluir práticas promotoras de autonomia na maioria das atividades planeadas. Aliás, nos períodos de férias escolares essas práticas têm sido integradas nas várias atividades dinamizadas, constando no Plano Anual de Atividades e nos Planos Bimestrais de Atividades (ex. dinamização dos *peddypapers*, confeção das refeições, jogos tradicionais, etc.).

Como já foi referido, o Projeto AUTONOMIA visa trabalhar a autonomia com maior profundidade e continuidade no quotidiano do LIJ (em todas as suas valências). O financiamento pela Fundação Calouste Gulbenkian possibilitou colmatar alguma da escassez de recursos técnicos e financeiros, derivado em muito a políticas de baixa intensidade por parte das Entidades Públicas do nosso país nessa matéria. Possibilitou ainda melhorar o trabalho de intervenção com as famílias e a promoção de redes formais e informais de apoio aos jovens.

2.2. Áreas de atuação, Como...

A autonomia é um dos princípios do Projeto Educativo do LIJ. Não só porque procura **promover espaços e processos de (re)construção de autonomia**, mas, também, pela preocupação com as características da população acolhida, ou seja, com o acolhimento cada vez mais tardio de jovens com idades superiores a 14 anos, com problemáticas mais complexas e com retaguardas familiares frágeis ou inexistentes. O aumento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano e a crescente integração dos jovens em cursos profissionais, o tempo de permanência no LIJ (66% das crianças e jovens está acolhida entre 2 e 10 anos) implicam, de igual modo, uma redefinição de repostas de qualidade, aqui entendida nas suas dimensões individuais e coletivas, objetivas e subjetivas, para esta realidade. São duas as áreas de atuação das equipas do Lar:

i) Educar para e na (pré) Autonomia – crianças e jovens acolhidos no LIJ; (ii) Promoção de Autonomia de vida – no Apartamento de Autonomia (para jovens com mais de 16 anos).

Numa primeira fase, o Programa *Umbrella*⁵ constituiu-se como um ponto de partida para o trabalho que se pretendia desenvolver no âmbito da promoção e desenvolvimento de competências de autonomia. Este é um programa com um método de trabalho sistemático, coerente, flexível e baseado na realidade. As competências são abordadas

num processo contínuo, no quotidiano e de forma bastante flexível ainda que se pretenda que seja sistemático. Assim, logo de início são identificadas as necessidades na intervenção com as crianças e jovens. De igual modo, e apesar de pensado para ser realizado individualmente, as experiências, soluções e ideias elaboradas durante os exercícios, podem desenvolver-se, posteriormente, em grupos de discussão e através de sessões de trabalho em grupo. Importa referir a amplitude das áreas que abrange – A. Vida Social, B. Escola/Trabalho, C. Dinheiro, D. Sobre Mim, E. A Casa – contemplando diversos conteúdos e capacidades e a grande quantidade de exercícios propostos para abordar competências.

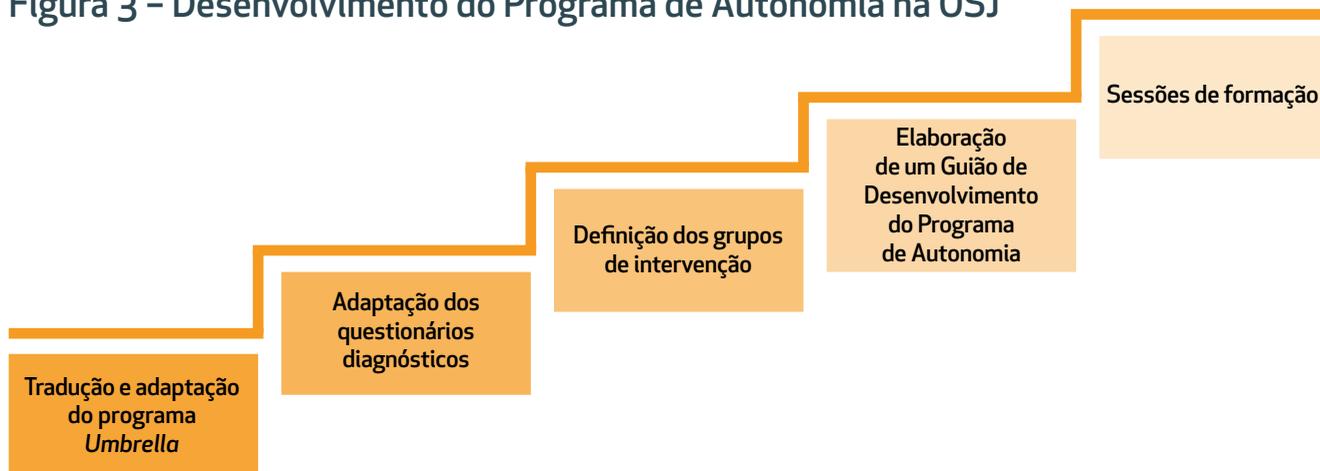
O programa *Umbrella* é constituído por um conjunto de instrumentos de suporte à ação, nomeadamente:

- Manual;
- Caderno de Exercícios;
- Capa pessoal (de cada crianças e jovem, onde poderá colocar as fichas de exercícios desenvolvidos);
- Questionários de Avaliação Diagnóstica.

A partir do Programa *Umbrella* foi pensado e desenvolvido o caminho na Oficina de S. José em prol da promoção da autonomia das crianças e jovens, que se apresenta, de seguida, de forma resumida:

5. Programa desenvolvido no âmbito do projeto Leonardo da Vinci da União Europeia, durante os anos de 1997-2000. O objetivo central era criar, nos países colaboradores (Finlândia, Escócia, Suécia, Holanda e Alemanha) uma ferramenta de trabalho no âmbito da proteção da infância que colmatasse as necessidades de intervenção no plano da autonomia, uma vez que as investigações *follow-up* e os estudos prospetivos detetaram percursos de vida marcados pela precariedade laboral, abandono escolar, mendicidade e parentalidade precoce. Os autores do manual original foram Eeva Timonen-Kalio (ed.) e Kim Berglund, Ritva Manner e Alison Caufield-Dow. Este programa tem como principal objetivo trabalhar competências sociais de jovens em acolhimento institucional, na sua transição para a vida adulta, apoiando o desenvolvimento de competências para a independência, incluindo temas relacionados com a educação, o emprego, o dinheiro, a saúde e prevê o pleno envolvimento das crianças e jovens em todo o processo de implementação. Para mais informação veja-se Del Valle e Fuertes (2000) e Del Valle e Garcia Quintanal (2006).

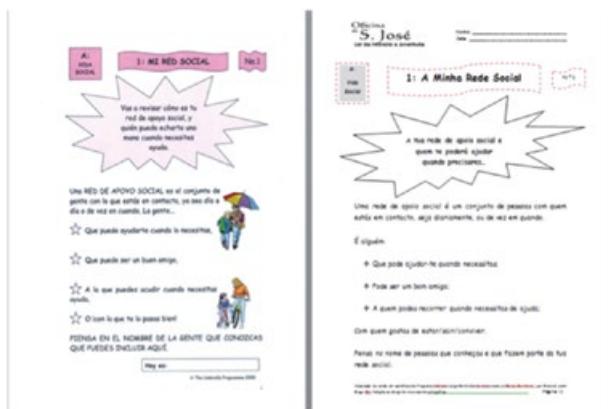
Figura 3 – Desenvolvimento do Programa de Autonomia na OSJ



1) Tradução e Adaptação do *Umbrella* – O programa *Umbrella* foi traduzido do castelhano para português e readaptado à realidade do LIJ, dado que a implementação do programa pretendia ser dinâmica, flexível e contextualizada às especificidades das crianças e jovens acolhidos. Assim, optou-se por eliminar as imagens das fichas originais e adequar a linguagem, de modo a adaptar as fichas ao grupo

etário (figura 4). Além disso, foram acrescentadas fichas com novas temáticas de forma a abordar conteúdos que não estavam contemplados no programa original. Do mesmo modo, optou-se por reduzir o número de fichas de certas temáticas que consideramos pouco pertinentes para serem trabalhadas (figura 5).

Figura 4 – Fichas do programa *Umbrella*: versão original (esq.) e versão adaptada da OSJ (dir.)



6. Adaptação da versão em castelhana do Programa *Umbrella* (Jorge Fernández del Valle e José Luís García Quintana).

Figura 5 – Áreas de atuação do Programa de Autonomia

A. Vida Social	B. Escola/Trabalho	C. Dinheiro	D. Sobre mim	E. Casa
1. A minha rede social	1. A escola	1. Orçamento	1. Sentindo-me bem	1. A minha localidade
2. Família	2. Pensando no futuro	2. Fazer compras	2. Vida saudável	2. Autonomização
3. Ser pai	3. Ensino superior	3. Comprar roupa	3. Médico	3. Mobiliar a casa
4. Amigos	4. Encontrar um trabalho	4. Faturas	4. Dentista	4. Segurança em casa
5. Visitas	5. Carta de apresentação	5. Apoios sociais	5. Medicamentos e vacinas	5. Cozinhar
6. Vizinhos	6. Curriculum vitae	6. Salário	6. Álcool	6. Limpar
7. Atividades de lazer	7. Entrevista de emprego	7. Impostos	7. Drogas	7. Lavar a roupa
8. A tua localidade	8. Experiência laboral	8. Conta bancária	8. Fumar	8. Passar a ferro
9. Viajar		9. Poupança	9. Educação Sexual	
		10. Seguros	10. Higiene	
			11. Assuntos Oficiais	

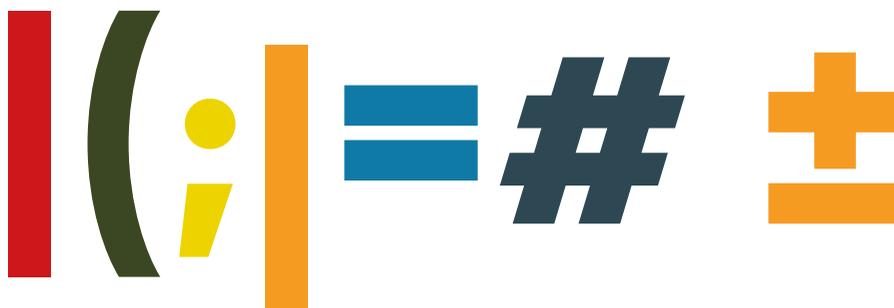
Nota: A vermelho e a verde estão indicadas as alterações introduzidas pela OSJ nas áreas de atuação originais do Programa Umbrella.

2) Tradução dos questionários diagnósticos –

Tradução e adequação da linguagem dos questionários diagnósticos, quer para serem aplicados às crianças e jovens, quer para os educadores de referência. Além disso, no campo da avaliação quantitativa foi acrescentado (por

sugestão da equipa educativa) mais um campo de resposta, para melhorar a aferição dos itens a avaliar.

3) Definição dos grupos de intervenção – Uma vez que o trabalho de autonomia é transversal a todas as crianças e jovens, optou-se por trabalhar



em simultâneo com toda a população acolhidos no LIJ. Para o efeito foram constituídos e selecionados (pelas equipas técnica e educativa) quatro grupos, de acordo com a escolaridade. Assim, foi definido o grupo do 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e o grupo CEF/ Secundário/Ocupação profissional. Em virtude de só se encontrarem acolhidas duas crianças no 1.º ciclo considerou-se vantajoso que os 1.º e 2.º ciclos fossem agrupados. Com o decorrer das sessões iniciais do programa verificou-se que os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) não acompanhavam o desenvolvimento das sessões, devido ao seu comprometimento cognitivo (dificuldades severas na leitura e escrita). Apresentavam um menor envolvimento e motivação para a participação nas sessões com os restantes colegas. Neste sentido, as sessões desenvolvidas foram adaptadas às capacidades e nível de desenvolvimento deste grupo, priorizando-se a participação oral e realização prática de atividades. A partir do momento em que as sessões de autonomia passaram a realizar-se exclusivamente com as crianças e jovens com NEE, estes começaram a demonstrar uma maior motivação e aquisição dos conteúdos abordados, o que comprova a eficácia da alteração produzida. Este processo foi amplamente

discutido em equipas. Processo que se mantém até hoje, para que a adaptação efetuada seja uma mais-valia e não um fator acrescido de segregação, desmotivação e/ou inibição. Para dinamizarem as sessões com cada grupo foram designados pelo menos um/a técnico/a e um educador/a.

4) Elaboração de um guião de desenvolvimento do programa de autonomia

– Uma das fragilidades diagnosticadas pelas equipas, no programa *Umbrella*, prendia-se com o facto da não existência de um guião detalhado e sustentado que permitisse ser, por um lado, a alavanca na dinamização das sessões e, por outro, um documento de continuidade. Por isso, sentiu-se a necessidade de desenvolver um guião que uniformizasse a aplicação do programa a todos os grupos. Assim, este documento tem como objetivos primordiais: definir uma linguagem comum entre educadores e técnicos; promover uma maior segurança para quem aplica o Programa; fomentar a descoberta de novos instrumentos, mais ajustados e eficazes e criar um documento de continuidade, que permita a sua aplicação independentemente de quem o dinamizar. O guião tem a seguinte estrutura: Racional Teórico/Filosofia Subjacente; Objetivos Específicos; Estratégias e Atividades; Materiais e Descrição⁷.

7. Em anexo segue, como exemplo deste guião, a programação de uma das sessões, a título de exemplo, das sessões referentes ao tema 'Mobilar a Casa' (área 'A Casa' e as respetivas fichas do *Umbrella*).

Figura 6 – Guião do desenvolvimento do programa de Autonomização e Contextualização do Guião de desenvolvimento do programa de Autonomização



5) Sessões de Formação – Tendo em conta que “é necessário apoiar as crianças e jovens na identificação das suas necessidades de forma proativa, na mobilização de recursos e no alcance dos objetivos, através da ampliação das suas capacidades e recursos pessoais (Gomes, 2010, p.199), considerou-se pertinente apostar ao longo deste programa num conjunto de ações que dotassem de mais recursos e conhecimentos (socioafetivos e comportamentais), quer as crianças e jovens, quer as suas famílias, quer toda a comunidade educativa do LIJ. Antes da implementação destas sessões e como forma

de ampliar o conhecimento e de convergir para os objetivos plasmados neste projeto, foi sentida a necessidade de se elaborar uma ação de formação sobre o conceito de autonomia e sua abrangência dirigida para as Equipas Técnica e Educativa, em simultâneo. Esta ação foi preparada pela equipa de autonomia e apresentada pela coordenadora da mesma. Teve a duração de quatro horas e possibilitou conhecer de forma mais pormenorizada o programa de *Umbrella*, o guião e as linhas orientadoras do programa a implementar na OSJ. Esta ação, de extrema relevância, possibilitou a partilha de dúvidas, tanto ao nível concetual como ao nível

dos processos de implementação e, acima de tudo, potenciou a aquisição de uma linguagem comum. Deve ainda salientar-se que as ações de formação interna são práticas correntes na OSJ⁸, porque são determinantes para a consecução dos objetivos preconizados pelo LIJ. Sentiu-se, de igual modo, necessidade de elaborar uma formação para as crianças e jovens com o objetivo de apresentar o programa, explorar os conceitos de autonomia e desenvolver o espírito de equipa. As sessões estruturadas nas reuniões semanais da equipa de autonomia, posteriormente são adaptadas a cada grupo pelos seus dinamizadores.

Numa segunda fase, **a autonomia passa a constituir-se como uma das principais lógicas de ação do projeto educativo que se consubstanciam, na nossa opinião, na densificação dos direitos da criança e jovem no LIJ.** Isto significa, que dos vários ângulos de análise passíveis de serem adotados no relato da experiência com este Projeto, centrar-nos-emos aqui na reflexão da autonomia enquanto elemento potenciador dos direitos das crianças e jovens acolhidos em LIJ e promotora de competências que visem a integração social das crianças e jovens, no presente e no futuro.

Este projeto pretende, mais do que trabalhar conteúdos, implementar práticas diárias, consistentes e de continuidade, não isentas de conflitos e dificuldades, considerando a participação das crianças e jovens e envolvendo toda a comunidade educativa. Assim, além de sessões estruturadas, há todo um conjunto de práticas regulares, sistematizadas, que envolvem toda a comunidade e que procuram desenvolver

capacidades e competências das e com as crianças e jovens no seu quotidiano.

2.3. Práticas, Conquistas e Desafios...

O desenvolvimento deste programa incide em dois grandes vetores de ação: por um lado, a dinamização de competências de autonomia com as crianças e jovens acolhidos no LIJ e, por outro, com os jovens acolhidos na valência Apartamento de Autonomia.

2.3.1. Desenvolvimento de competências de autonomia no LIJ

2.3.1.1. Sessões de Autonomia

Como forma de otimizar as sessões estabeleceram-se as seguintes etapas:

- a) **Aplicação dos questionários de avaliação diagnóstica às crianças e jovens**, que permite aferir a perspetiva da criança/jovem sobre as suas competências de autonomia;
- b) **Aplicação dos questionários de avaliação diagnóstica de cada criança e jovem preenchido pelo educador de referência**, que permite constatar a perspetiva do educador sobre as competências de autonomia da criança e jovem;
- c) **Análise e tratamentos dos dados obtidos no âmbito da avaliação diagnóstica**, que permitiu a definição das áreas (Vida Social, Escola/Trabalho, Sobre Mim, Dinheiro, A Casa) prioritárias de intervenção em cada grupo.

Da análise dos resultados concluiu-se que dever-se-ia iniciar a dinamização das sessões pelas áreas diagnosticadas como mais deficitárias. As tabelas que se seguem representam os resultados obtidos na avaliação diagnóstica⁹.

8. Têm vindo a ser dinamizadas várias ações de formação, nomeadamente ao nível da prevenção do consumo de substâncias psicoativas (Programa Trilhos "Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais, que aborda temáticas como a assertividade, estilos de comunicação, resolução de problemas, sentimentos, namoros, drogas e sexualidade"; ações de formação para a equipa de apoio; acompanhamento psicossocial); da promoção de competências parentais (através de momentos formativos destinados às famílias das crianças e jovens); e do desenvolvimento de competências para a saúde e sexualidade saudáveis a partir da identificação de necessidades. Esta última, que é coordenada pela Universidade do Minho, pretende, em primeiro lugar, formar os colaboradores para que possam, num segundo momento, intervir nestas temáticas com as crianças e jovens do LIJ.

9. A escala utilizada nos questionários é: Nada (1), Um Pouco (2), Muito (3) ou Tudo (4).

Tabela 1 – Resultados dos questionários aplicados ao Grupo 1.º e 2.º ciclo

Dimensões do questionário do Programa Umbrella	Representações	
	Crianças e jovens	Educadores
A. Apoio Social	2,61	2,59
B. Escola/Trabalho	2,62	2,11
C. Dinheiro	2,10	1,57
D. Sobre Mim	2,12	1,86
E. A Casa	2,21	1,60

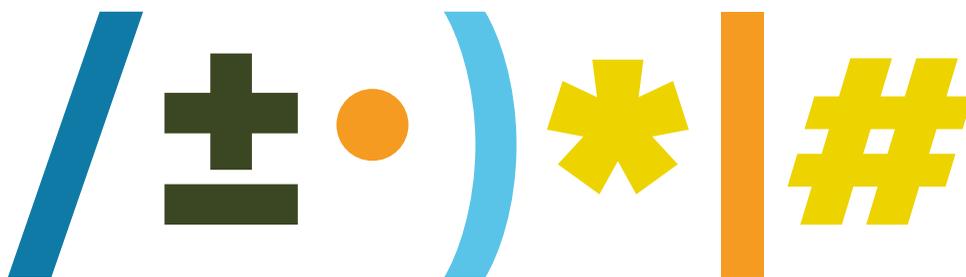
A análise da tabela 1 permite destacar as dimensões C. Dinheiro, E. Casa e D. Sobre Mim, que os educadores assinalam como as que apresentam um maior grau de dificuldade para as crianças e jovens que integram o grupo dos 1.º e 2.º ciclos.

Não se registam grandes diferenças entre as representações das crianças e jovens e as dos educadores.

Relativamente a este grupo, iniciou-se o trabalho de autonomia pela área «Sobre Mim».

Tabela 2 – Resultados dos questionários aplicados ao Grupo: NEE¹⁰

Dimensões do questionário do Programa Umbrella	Representações	
	Crianças e jovens	Educadores
A. Apoio Social	2,76	2,35
B. Escola/Trabalho	2,56	1,67
C. Dinheiro	1,45	1,57
D. Sobre Mim	2,28	1,82
E. A Casa	2,87	2,04



10. Atendendo às limitações cognitivas das crianças e jovens com NEE, nomeadamente no que respeita aos défices de leitura e escrita procedeu-se à aplicação do questionário de forma individualizada, priorizando-se a oralidade ao nível da explicitação das perguntas e respostas.

No que diz respeito às crianças e jovens com NEE, conforme se apresentam na tabela 2, destacam-se como dimensões prioritárias de intervenção as dimensões C. Dinheiro, B. Escola /trabalho (com especial enfoque nas questões relacionadas com a integração na vida ativa) e a dimensão D. Sobre Mim. Estas são as dimensões que os educadores assinalaram como as que apresentam um maior grau

de dificuldade para as crianças e jovens. Apesar dos resultados evidenciarem maiores lacunas nas áreas supracitadas, a equipa de autonomia entendeu que devido à faixa etária, cuja maioria tinha 16 ou mais anos, dever-se-ia, iniciar a intervenção pela área «A Casa», como forma de os preparar para a integração segura e sustentada no seu meio natural de vida.

Tabela 3 – Resultados dos questionários aplicados ao Grupo 3.º ciclo

Dimensões do questionário do Programa Umbrella	Representações	
	Crianças e jovens	Educadores
A. Apoio Social	2,61	2,58
B. Escola/Trabalho	2,34	1,7
C. Dinheiro	2,22	1,67
D. Sobre Mim	2,32	2,04
E. A Casa	2,37	1,73

Como se pode constatar pela análise da tabela 3 nas cinco dimensões analisadas, a quase totalidade das crianças e jovens que integram o grupo do 3.º ciclo afirmam ter dificuldades na realização das tarefas/ /atividades. Apesar de não se registarem grandes diferenças entre as representações das crianças e jovens e as dos educadores, é importante destacar aquelas onde a diferença é mais acentuada (0,54 pontos): a dimensão E. Casa e a dimensão B. Escola/ /Trabalho. Estas são seguidas pela dimensão C. Dinheiro (diferença de 0,55 pontos). Em todas

as dimensões as crianças e jovens indicam saber mais do que aquilo que os educadores consideram para a mesma dimensão.

Não obstante apresentar valores negativos, de acordo com educadores, a dimensão B. Escola/ /Trabalho apresenta valores negativos apenas nos indicadores que se relacionam com as dimensões da integração na vida ativa (fazer CV, ir a entrevistas, etc.). Relativamente a este grupo iniciou-se o trabalho de autonomia considerando como área prioritária «A Casa».

Tabela 4 – Resultados dos questionários aplicados ao Grupo CEF/Secundário/Trabalho

Dimensões do questionário do Programa <i>Umbrella</i>	Representações	
	Crianças e jovens	Educadores
A. Apoio Social	3,16	2,55
B. Escola/Trabalho	2,77	1,93
C. Dinheiro	2,53	1,89
D. Sobre Mim	2,86	2,92
E. A Casa	2,81	1,99

Com o grupo dos jovens que frequentam os Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), o secundário ou que já trabalham, o trabalho iniciou-se considerando como prioritárias as seguintes dimensões: C. Dinheiro; E. Casa e B. Escola/Trabalho. Apesar de apresentar o valor negativo, de acordo com educadores, a dimensão B. Escola/Trabalho apresenta valores negativos apenas nos indicadores que se relacionam com as dimensões da integração na vida ativa (fazer CV, ir a entrevistas, etc.). Destacam-se diferenças significativas entre as respostas dos jovens e as dos educadores. Assim, iniciou-se a dinamização das sessões pela área «A Casa».

d) Calendarização das sessões de autonomia.

Agendar as sessões foi um processo que se revelou difícil devido à sobreposição de atividades das crianças e jovens. Estabeleceu-se uma periodicidade quinzenal para a dinamização das mesmas.

e) Dinamização das sessões. Estas foram planeadas no sentido de proporcionar às crianças e jovens

uma aprendizagem, eminentemente de cariz prático, não descurando a abordagem teórica dos vários temas. As primeiras duas sessões foram comuns a todos os grupos. Na primeira, clarificou-se o conceito de autonomia e deu-se a conhecer os objetivos que se pretendiam alcançar. Na segunda, definiram-se as normas de funcionamento do grupo e cada elemento assumiu o compromisso de as respeitar. Procurou-se, igualmente, promover o espírito de pertença ao grupo.

Após as duas primeiras sessões, cada equipa responsável pela dinamização dos grupos, tem vindo a desenvolver as sessões, previamente estruturadas no guião de aplicação do programa. Atendendo à especificidade de alguns dos temas desenvolvidos são convidados formadores ou entidades externas para dinamizarem e enriquecerem as respetivas sessões. As imagens que se seguem (Figura 7) são um exemplo das atividades desenvolvidas no âmbito do programa. Estas imagens são referentes à Área de intervenção «A Casa», nomeadamente, ao tema «Mobilar a Casa».¹¹

11. Em anexo encontram-se as fichas das sessões relativas a esta atividade. As imagens retratam uma das sessões no âmbito da atividade 'Mobilar a Casa' e consistiu em reproduzir em tamanho próximo do real, as divisões de uma casa. Nesta atividade os jovens tiveram que mobilar, uma casa, a partir de materiais reciclados, como cartão. Na imagem do lado esquerdo estão os materiais todos juntos e na da direita já estão devidamente colocados e organizados pelos jovens.

Figura 7 – Imagens de atividades dinamizadas no âmbito das sessões de autonomia



No final de cada sessão, os dinamizadores, além de avaliarem a sessão, também auscultam as crianças e jovens como forma de aferir a eficácia das sessões. Esta avaliação é registada em documento específico (anexo 2) criado para o efeito, de que são exemplos os seguintes excertos: «Na primeira sessão (...) todos foram capazes de definir por palavras suas o que é autonomia. O Roberto¹² usou como exemplo que a autonomia é uma escada em que vamos subindo degrau a degrau (...) como irem sozinhos para a escola» (Grupo 1.º e 2.º ciclos – 13.1.2014).

«O Salvador (16 anos) atribuiu preços muito baixos para os móveis e eletrodomésticos, comparativamente aos reais. Atribuiu um valor

superior à televisão do que ao sofá. Cada divisão assumiu um orçamento, em média, de 600€» (Grupo CEF/Secundário/Atividade profissional – 27.2.2014).

«O Jaime e o João conseguiram de forma clara e sintética explicar que tipos de seguros existem e o que cobrem, assim como a que preço podem ser contratualizados» (Grupo 3.º ciclo – 19.2.2015).

«O Santiago e o Cláudio destacaram-se pela positiva. Mostraram-se participativos e revelaram conhecimentos práticos de cozinha, nomeadamente, na preparação do refogado para o arroz, como se confeciona sopa, bem como a distinção entre fritos, grelhados, assados e estufados» (Grupo NEE – 12.2.2015).

12. Todos os nomes de crianças e jovens mencionados neste documento são fictícios.

2.3.1.2. Práticas de Autonomia

Um dos aspetos mais desafiantes na intervenção com esta população diz respeito ao facto de assumirmos e substituímos tarefas/práticas que deveriam ser desenvolvidas pelas crianças e jovens. No contexto da Oficina S. José e nos Lar de Infância e Juventude em geral, este facto assume maior relevância pelo número elevado de crianças e jovens, pela estrutura física do edificado, que dificulta um trabalho de maior proximidade, pela estrutura organizacional e devido a constrangimentos decorrentes da própria legislação (e.g. HACCP¹³), com especial enfoque nos espaços da cozinha e lavandaria, com acesso restrito às crianças e jovens. Se considerámos que, regra geral, os indivíduos aprendem estas atividades de forma gradual e contínua, através da observação e reinterpretação dos comportamentos, a sua ausência, tanto no contexto familiar como no LIJ, dificulta significativamente o desenvolvimento dessas competências.

Por conseguinte, e como um dos objetivos primordiais deste programa prende-se com o desenvolvimento de competências práticas de autonomia, no dia a dia, com as crianças e jovens, potenciaram-se processos que os considerassem

autores de muitas tarefas que anteriormente eram realizadas pelos colaboradores. Na realidade, muitas das dinâmicas de autonomia têm vindo a ser assumidas pelas crianças e jovens de forma paulatina. Destas podemos destacar as seguintes: preenchimento de formulários escolares, desportivos e afins; compra de vestuário e produtos de higiene pessoal, acompanhados pelo seu coordenador; realização de telefonemas no âmbito do seu interesse pessoal (aniversário de familiares, contacto com os treinadores/professores, etc.); marcação de consultas médicas; idas ao banco para abertura de contas e/ou levantamentos/depósitos; consulta de horários dos transportes públicos para as idas/vindas a casa e respetiva compra de bilhetes; carregamento dos passes escolares; contactos com os serviços de utilidade pública (como CTT; Câmara Municipal, Finanças, etc.); entre outros. Estas práticas foram-se registando, em impresso próprio (anexo 3). Estes registos são uma forma de avaliarmos este processo de autonomização mas sobretudo, oferecem uma perspetiva individualizada das capacidades alcançadas por cada criança e jovem e ajuda a (re)definir uma trajectória, como podemos constatar nos seguintes exemplos.

13. Hazard Analysis Critical Control Point (HACCP) conjunto de procedimentos relativos à higiene e segurança alimentar.

«O Joaquim (15 anos) telefonou para o professor para cancelar a hora de apoio (...) mostrou-se nervoso (...) revelou dificuldade em identificar-se inicialmente e explicar o que pretendia, o que suscitou algumas dúvidas ao professor» (14.11.2012).

«Acompanhei o André (17 anos), para fazer o passe escolar. (...) Incentivei o André a fazer o pedido de um formulário (...) revelou insegurança e inibições mas também grande abertura para “aprender coisas novas» (4.12.12).

Figura 8 – Quarto de autonomia



2.2.1.3. Quartos de autonomia

A remodelação do espaço físico do LIJ, que coincidiu com o início deste projecto, contemplou a criação de estruturas direcionadas à promoção de práticas de autonomia como por exemplo, a afetação de quartos, num outro espaço do LIJ, destinados a esse propósito. Estes quartos têm como objetivo promover a implementação de práticas de autonomia, nomeadamente ao nível da limpeza e organização do espaço comum e individual e uma maior responsabilização dos jovens, através da gestão dos horários e realização das tarefas definidas¹⁴. Pretendendo-se, igualmente, que sejam um fator de motivação acrescida para os próprios e um exemplo para os outros colegas acolhidos no LIJ.

2.3.2. Apartamento de Autonomia

Em 2009 a Oficina de S. José, devido ao facto de acolher jovens com idade cada vez mais elevada; acolher jovens com retaguarda familiar frágil ou inexistente e jovens com atividade profissional, entendeu criar uma nova resposta social, que pudesse responder àquelas necessidades. Assim, surgiu a valência Apartamento de Autonomia, que é uma estrutura arrendada pela Instituição, que dista do LIJ cerca de um quilómetro, está localizada no centro da cidade, numa zona residencial com bom ambiente, perto de vários serviços públicos.

14. Neste sentido, foi criado, à semelhança do que ocorre no Apartamento de Autonomia, um impresso próprio (anexo 4) com a divisão das tarefas a serem realizadas nos quartos de autonomia pelos jovens. Este impresso tem sido ajustado às características dos jovens inseridos nos quartos. Inicialmente, as tarefas eram distribuídas pelos vários jovens ao longo da semana. Atualmente, cada jovem assume, semanalmente, a limpeza do quarto.

É uma resposta para a qual não há comparticipação pública, estando, no presente, a Instituição a envidar os esforços no sentido de obter financiamento para aquela valência. Para a melhor optimização desta resposta, entendemos que deveria situar-se fora do edifício sede do LIJ, mas próximo do mesmo. Este espaço serve ainda para o desenvolvimento de competências de autonomia com dois grupos de trabalho de jovens acolhidos no LIJ e integrados nos quartos de autonomia. Aquela valência beneficia do acompanhamento e supervisão semanal de dois técnicos da equipa de autonomia. Assim, semanalmente reúnem-se com o objetivo de desenvolverem competências ao nível da gestão doméstica (cozinha, compras, higienização dos espaços, tratamento de roupa, etc.) num espaço mais próximo de uma realidade familiar. Com os jovens que integram as práticas de autonomia

no apartamento, é visível o desenvolvimento de competências relacionadas com a gestão doméstica, nomeadamente: na definição de ementas, na elaboração de lista de compras, na comparação de preços, na confeção das refeições e na higienização dos espaços. Há uma evolução efetiva nas competências adquiridas, que ultrapassam o âmbito do apartamento e são colocadas em prática nos contextos familiares dos jovens (quer os que regressam ao contexto familiar, quer os que vão a casa aos fins de semana e férias). Há relatos de familiares que referem o facto de os jovens colaborarem mais e mais eficazmente nas práticas domésticas. Os jovens que não integram as dinâmicas do apartamento começam a manifestar esse desejo e, para alguns deles, é mesmo um objetivo que pretendem atingir logo que possível.

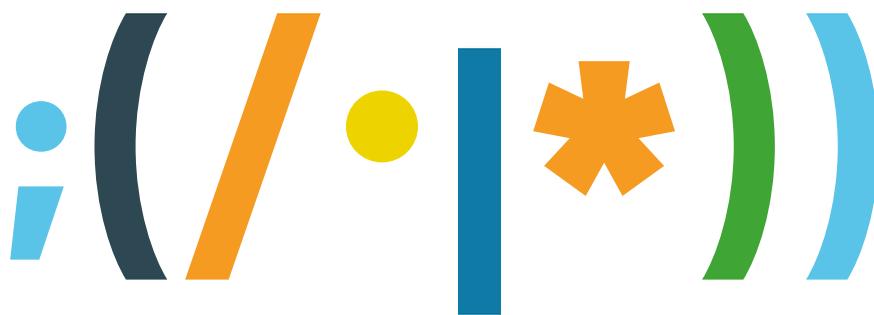


Figura 9 – Confeção de refeições no Apartamento de Autonomia



À semelhança do programa de autonomia desenvolvido no LIJ, também no apartamento fazem-se registos de cada acção desenvolvida (anexo 5).

«O Manuel (17 anos), o Valentim (17 anos) e Ruben (18 anos) trabalham bem na cozinha. Têm técnica ao nível do corte dos legumes. No entanto, ainda não têm total autonomia na confeção de uma refeição do início ao fim (...) O Manuel não consegue fazer uma boa manutenção do apartamento» (Registo do Apartamento de Autonomia, 26.22.2014).

Ao longo destes seis anos, esta resposta permitiu

que dezasseis jovens fizessem uma transição para a autonomia plena de forma mais segura e sustentada. Destes jovens, doze regressaram ao meio natural de vida e quatro passaram a residir sozinhos. Importa referir que temos vindo a acompanhar o percurso destes jovens e é **de registar que alguns deles tiveram uma ação importante na mudança de algumas das dinâmicas familiares, contribuído para a alteração de alguns comportamentos menos próprios que existiam no seu contexto familiar.** No presente, reside um jovem no apartamento de Autonomia, que é responsável pela gestão da casa.

Considerações Finais

Ainda que, de forma sucinta, porque o Projeto ainda está a decorrer, podemos afirmar que o Programa de Autonomia foi um processo que se foi (re) descobrindo, complexificando e diversificando, mais ainda quando se discute e tenta implementar processos de autonomia com crianças e jovens em acolhimento em LIJ.

Em termos globais, pode afirmar-se que atualmente os principais impactos da sua implementação são:

(i) Há convergência de todos os instrumentos estruturantes do Lar;

(ii) Há uma maior sensibilidade e conhecimento, que potenciaram mudanças organizacionais e nas culturas profissionais dos colaboradores do LIJ, para as questões da autonomia;

(iii) O projeto tem «ido para o lado de fora» da Oficina de S. José, com a promoção e divulgação à comunidade educativa da importância de serem trabalhadas competências de autonomia;

(iv) O desenvolvimento gradual (ainda que não de forma homogéneo ou linear) por parte das crianças e jovens, dessas competências;

(v) A importância que os espaços sociais e físicos têm nesses processos, nomeadamente a criação dos quartos de autonomia no LIJ e do apartamento de autonomia;

(vi) A constante reflexividade dos adultos no desenvolvimento dessas práticas e processos. Destacar aqui, os ajustamentos dos planos de autonomia das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Esta caminhada, que aqui não termina, caracteriza-se pela sua não linearidade e pela sua complexidade e pelos inúmeros obstáculos que foram (e continuam a surgir), e que passamos a enunciar:

(i) Gestão do tempo: quer ao nível da gestão do tempo das atividades escolares e de desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, quer das próprias equipas;

(ii) (Re)adaptação das atividades às crianças e jovens de cada grupo: o mesmo tema tem de ser ajustado às capacidades, idade, disposições das crianças e jovens, o que implica tempo e preparação;

(iii) Evidências do trabalho desenvolvido: a avaliação do processo é dificilmente mensurável ou rapidamente interiorizado. Trata-se, por vezes, de pequenas aquisições que surgem num processo contínuo e persistente, o que dificulta inclusive uma análise qualitativa rigorosa e objetiva;

(iv) Desenvolvimento consistente das práticas de autonomia com cada criança e jovem: o trabalho desenvolvido por toda a comunidade educativa visa a promoção de competências de autonomia em todas as crianças e jovens acolhidos.



Trabalhar na área da autonomia é um desafio. A médio prazo pretende-se caracterizar percursos tipo e implementar o desenvolvimento de competências contínuas e sustentadas de autonomia visando sempre a integração social.

O fator surpresa é parte integrante de projetos desta natureza. Os adultos e as crianças nem sempre coincidem nas competências, saberes ou conhecimentos «a atingir». As necessidades são definidas essencialmente como oportunidades de vida, ou da sua ausência, como podemos constatar nos seguintes excertos:

«O Vítor, 16 anos, comunicou não saber como o elevador funcionava» (Registo de Práticas de Autonomia, 23.5.2014).

«O Joaquim (19 anos) nunca tinha experimentado manga e gostou» (Registo Apartamento de Autonomia, 25.2.2015).

Estes registos implicam que **o direito à autonomia, para ser reconhecido, promovido e efetivado têm, por um lado, que ser internalizado por cada uma das crianças e jovens e, por outro, os adultos do LIJ que com elas trabalham e vivem, têm de ser capazes de potenciar a sua condição de possibilidade. Mais do que saber, as crianças e os jovens (e os adultos também) devem experienciar, viver a autonomia. Esta noção implica, em fim último, que estejamos a reconfigurar a noção de cuidado e de intervenção nos lares de infância e juventude. Talvez seja isso a educação para e nos Direitos da Criança, para e na autonomia de que tanto se fala, aqui assumidas na sua perspetiva emancipatória.**

Referências bibliográficas

Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco, In C. Machado & R. Gonçalves (Coord.), *Violência e Vítimas de Crimes* (pp. 223—244). Coimbra: Quarteto.

Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude* (Tese de mestrado). Consultada em <https://catalogo.biblioteca.iscte-iul.pt/cgi-bin/koha/opacdetail.pl?biblionumber=46164>

Barth, R., Greeson, J., Zlotnik, S. & Chintapalli, L. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), 147 – 175.

Cansado, T. (2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: o caso das

instituições particulares de solidariedade social. *e-cadernos CES* [Online], 2, <http://eces.reveu.org/1387>

Colen, M. G. et. al. (2005). *Trajectórias de vida das crianças e jovens saídos dos Lares da SCML*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Del Valle, J. F. & Fuertes Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Piramide.

Del Valle, J. F. & Garcia Quintanal, J. L. (2006). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo: ASACI.

Georgiades, S. (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23, 417 – 439.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Lisboa: Texto Editores.

ISS (2014). *CASA 2014. Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens.* Lisboa: ISS, I.P.

Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., Carvalho, R. & César, M. (2006). *Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares.* Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

López, M., Santos, I., Bravo, A. & Del Valle, J. (2013). El proceso de transición a la vida adulta de jóvenes acogidos en el sistema de protección infantil. *Anales de Psicología*, 29 (1), 187-196.

Pappámikail, L. (2009). *Juventude, Família e Autonomia. Entre a norma social e os processos de individualização* (Dissertação de Doutoramento). Consultada em Repositório da Universidade de Lisboa, Consultada em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/319/1/21209_ulsd057815_td.pdf

Pires, S. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas* (Tese de mestrado). Consultada em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%CC%A7a%CC%83o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.pdf>

Sampaio, D.; Cruz, H. & Carvalho, M. J. (2011). *Crianças e jovens em risco. A família no centro de intervenção.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes.* Lisboa: Climepsi Editores.

Tomás, C. (2011). *"Há muitos mundos no mundo"... Cosmopolitismo, Participação de direitos da criança.* Porto: Edições Afrontamento.



Anexos

Os anexos que se seguem pretendem tornar mais inteligível ao leitor alguns dos instrumentos de trabalho implementados para o desenvolvimento e dinamização deste programa na Oficina de S. José. A maioria destes documentos foram adaptados e/ou criados tendo em conta as características das crianças e jovens acolhidos e de modo a constituírem-se uma mais valia e, também, uma metodologia de avaliação do trabalho desenvolvido.

Anexo 1 – Dinamização das sessões de autonomia referentes ao tema ‘Mobilar a casa’ da área ‘A casa’ (guião da sessão e respetivas fichas do programa *Umbrella*)

Sessão n.º 5: Mobilar a casa

Racional teórico/Filosofia subjacente

Uma tarefa importante aquando da mudança de habitação refere-se à personalização do espaço onde iremos viver futuramente. A mobilação é assim conveniente para potenciar o acolhimento e o bem-estar no novo local. A pretensão desta sessão é estruturar e planear as tarefas, materiais e seus custos na mobilação de uma habitação futura para os jovens.

Objetivos específicos

- Fazer o planeamento da mobília necessária para uma casa;
- Estimar os custos aproximados do processo de mobilar uma casa;
- Estimular o raciocínio operativo espacial.

Estratégias/Atividades

- Resumo da sessão anterior e apresentação da atual;
- Reflexão sobre os seus pertences e outros necessários na mobilação de uma casa;
- Alocar as mobílias necessárias às várias divisões de uma casa e calcular o seu custo;
- Reflexão sobre os preços estimados e os preços reais;
- Síntese integradora.

Materiais

Fichas *Umbrella* (1, 2a, 2b, 3a,3b)
Cartolinas,
Material de escrita,
Marcadores,
Tesoura,
Cola,
Revistas/panfletos.



Descrição

A sessão deverá iniciar-se com um resumo da sessão anterior bem como uma apresentação da sessão atual. A primeira atividade (ficha n.º1) pretende que os jovens projetem e mobilizem os seus recursos, designadamente eventuais pertences, caso existam, assim como apoios que poderão conseguir de outros para mobilar uma casa. Após o preenchimento das fichas 2a e 2b, divididos em grupos, procede-se à elaboração um cartaz/ cartolina dividida nas 4 divisões principais de uma casa: cozinha, casa de banho, sala, quarto, na qual cada grupo terá que, através de revistas/panfletos, dispor os móveis e eletrodomésticos necessários para cada divisão da casa. Na elaboração desta atividade devem ter atenção aos preços reais do mobiliário e comparar com os preços que pensavam custar. Prossegue-se com a estimativa do total a despende (com a soma individual dos custos com as divisões) e da sua comportabilidade para os jovens. Caso se revele financeiramente incomportável devem repensar as escolhas feitas (ficha n.º 3a). A ficha 3b serve para explorar oralmente os gastos inerentes ao processo de mobilar uma casa.

Sessão n.º 6: Mobilar a casa II

Racional teórico/Filosofia subjacente

Uma tarefa importante aquando da mudança de habitação refere-se à personalização do espaço onde iremos viver futuramente. A mobilização é assim conveniente para potenciar o acolhimento e o bem-estar no novo local. A pretensão desta sessão é

estruturar e planear as tarefas, materiais e seus custos na mobilização de uma habitação futura para os jovens.

Objetivos específicos

- Fazer o planeamento da mobília de uma casa;
- Estimular o raciocínio operativo espacial;
- Enumerar os artigos necessários para cada uma das divisões da casa.

Estratégias/Atividades

- Resumo da sessão anterior e apresentação da atual;
- Organizar a disposição das mobílias numa casa conforme o seu tamanho, forma e outras condições;
- Síntese integradora.

Materiais

Fichas do *Umbrella* (4, 5a, 5b);
Caixas de grande volume.

Descrição

A sessão deverá iniciar-se com um resumo da sessão anterior bem como uma apresentação da sessão atual. A primeira atividade (ficha n.º4) pretende servir de mote para que os jovens projetem e disponham o “mobiliário” (caixas de papelão de grandes dimensões) no lugar de modo a mobilarem a “casa” (capela do lar). Esta atividade pretende estimular a organização espacial. Após mobilada vai-se pensar sobre o “enxoval” da casa, ou seja, ver todos os artigos que são necessários em cada uma das divisões da casa (fichas 5a, 5b).

Anexo 1 – Fichas do programa *Umbrella*

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa N.º 1

Página | 1

Antes de mudares para uma casa nova, tens que decidir que coisas necessitas para mobilá-la e depois organizá-las.

Das coisas que tens, o que podes levar contigo?

Das coisas que necessitas, pensas que alguém te poderá oferecer alguma coisa?

Sim Não

Se sim, diz quem e o que te poderá oferecer.

Adaptação do versão em castelhano do Programa Umbrella (Luzja Fernández del Valle e José Luis García Quintanil), por Oficina S. José – Braga. Obs. Redigido ao longo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa N.º 2a

Página | 2

Agora, pensa naquilo de que necessitas para mobilar as seguintes divisões da casa e quanto isso te custará.

Sala de Estar

Total =

Quarto

Total =

Adaptação do versão em castelhano do Programa Umbrella (Luzja Fernández del Valle e José Luis García Quintanil), por Oficina S. José – Braga. Obs. Redigido ao longo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa N.º 2b

Página | 3

Continua a fazer o mesmo para as outras divisões da tua nova casa.

Cozinha

Total =

Casa de banho

Total =

Adaptação do versão em castelhano do Programa Umbrella (Luzja Fernández del Valle e José Luis García Quintanil), por Oficina S. José – Braga. Obs. Redigido ao longo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa N.º 3a

Página | 4

Desta forma poderás fazer um cálculo tendo em conta ...

A primeira coisa que tens de fazer é somar os totais de cada uma das divisões ...

Sala de Estar

Quarto

Casa de Banho

Cozinha

TOTAL

Sabes quanto dinheiro terás que gastar em todas estas coisas?

Sim Não

Se respondeste SIM, quanto terás que gastar no total?

Adaptação do versão em castelhano do Programa Umbrella (Luzja Fernández del Valle e José Luis García Quintanil), por Oficina S. José – Braga. Obs. Redigido ao longo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa

N.º 3b

Página | 5

Tens dinheiro suficiente para comprar tudo o que necessitas?

Sim  Não 

Se **NÃO** tens dinheiro suficiente, volta atrás e planifica de novo.

Completa as fichas 2a, 2b e 3a

Para te ajudar, reflete sobre as seguintes perguntas.

- Existe alguma coisa que posso comprar mais barato?
(quem sabe, necessitas de dar uma volta por mais lojas para ver se encontras algo mais barato)
- Existe algo de que não necessitarei quando me mudar para a minha casa?
(quem sabe, podes esperar alguns meses para comprar algumas coisas que agora não te fazem tanta falta)
- Conheço alguém que pode dar-me coisas em segunda mão?
(poderá ser algum amigo, familiar ou outra pessoa que saiba que estas a mudar de casa)

Adaptação da versão em castelhano do Programa Uniforte (Jorge Fernández del Valle e José Luis García Quintana), por Oficina S. José - Braga. Obra. Redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa

N.º 4

Página | 6

Se já sabes para onde vais mudar, faz um esquema para organizares os móveis

Não te esqueças de que deves ter em conta o tamanho dos móveis e o tamanho da divisão onde os queres colocar.
Só assim te sairá tudo na perfeição...

Para cada divisão tem em conta o seguinte:

- A forma da habitação
- As medidas da habitação
- O local onde colocarás os móveis

Também podes fazer um plano se estiveres interessado em comprar por exemplo, CORTINAS e outros adereços.

Assim poderás estar seguro de que aquilo que compraste tem o tamanho adequado.

Adaptação da versão em castelhano do Programa Uniforte (Jorge Fernández del Valle e José Luis García Quintana), por Oficina S. José - Braga. Obra. Redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa

N.º 5a

Página | 7

A casa já está mobilada. É tempo de ver que artigos vão te fazer falta para cada divisão.

Cozinha

Casa de banho

Adaptação da versão em castelhano do Programa Uniforte (Jorge Fernández del Valle e José Luis García Quintana), por Oficina S. José - Braga. Obra. Redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Oficina de S. José
Lar de Infância e Juventude

Nome: _____
Data: _____

E: A minha Casa

3: Mobilar a Casa

N.º 5b

Página | 8

Continua a fazer o mesmo para as outras divisões da tua nova casa.

Sala de Estar

Quarto

Soma o preço de todos os artigos para ver quanto é que vais necessitar de gastar.

Vou necessitar de: _____ euros.

Adaptação da versão em castelhano do Programa Uniforte (Jorge Fernández del Valle e José Luis García Quintana), por Oficina S. José - Braga. Obra. Redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Notas Biográficas

Ana Costa

Licenciada em Animação Socioeducativa na Escola Superior de Educação de Coimbra. Trabalha no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga, desde 2008, a exercer funções de Técnica de Animação Socioeducativa.

Catarina Tomás

Socióloga, Doutorada em Estudos da Criança (Sociologia da Infância) pela Universidade do Minho. Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Lisboa e investigadora do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Polo da Universidade do Minho. Autora de várias publicações nacionais e internacionais nas áreas dos direitos da criança, com especial enfoque na participação das crianças (escola, orçamentos participativos) e na sociologia da infância. Supervisora do Projeto “AUTONOMIA - Desenvolver e dinamizar processos de pré-autonomia e a autonomização de crianças e jovens no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José”

Edson Luís

Licenciado em Serviço Social pela Universidade Católica de Braga. Exerce funções educativas no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga, desde 2003, e na função de assistente social, desde 2008.

Hugo Alves Cruz

Professor na Escola Superior Música e Artes do Espetáculo -IPP. Investigador no IELT - Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Universidade Nova de Lisboa. “Programa Crianças e Jovens em Risco” da Fundação Calouste

Gulbenkian. Presidente da Direção Associação Cultural e Social PELE.

Liliana Rodrigues

Licenciada pela Universidade do Minho em Psicologia, com pré-especialização em Psicologia da Justiça. Está a trabalhar como psicóloga no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga, desde 2000.

Mafalda Malheiro

Licenciada em psicologia com pré-especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, pela Universidade do Minho. Mestre em Psicologia da Saúde. Desde 2008 trabalha no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga, como psicóloga. Desde 2012 exerce funções de coordenadora do projeto “AUTONOMIA - Desenvolver e dinamizar processos de pré-autonomia e a autonomização de crianças e jovens no Lar de Infância e Juventude da Oficina S. José”

Maria João Leote de Carvalho

Investigadora do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. “Programa Crianças e Jovens em Risco” da Fundação Calouste Gulbenkian.

Serafim Gonçalves

Licenciado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, Braga. Pós-graduação em Estudos da Criança, Especialização em Educação Física e Lazer pela Universidade do Minho, Braga. É Diretor Técnico do Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga, desde 1998.

Glossário

AA – Apartamento de Autonomia

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CEF – Curso de Educação e Formação de Jovens

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social, I.P.

LIJ – Lar de Infância e Juventude

NEE – Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente

OSJ Braga – Oficina de S. José, Braga

Esta brochura integra-se numa linha de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian direcionada para as crianças, jovens e famílias consideradas em situação de risco e vulnerabilidade, coordenada pelo Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. A coordenação científica está a cargo do Professor Doutor Daniel Sampaio, assessorado pela Doutora Maria João Leote de Carvalho e pelo Dr. Hugo Cruz, que asseguram o acompanhamento técnico do Programa.

Para mais informações: <http://www.gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>
<<http://www.gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>>

Ficha Técnica

Edição

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH)
Programa “Crianças e Jovens em Risco”
Jovens em Acolhimento Institucional
Maio 2015

Coordenação de edição

Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz
Anabela Salgueiro

Autores

Ana Costa
Catarina Tomás
Edson Luís
Hugo Cruz
Liliana Rodrigues
Mafalda Malheiro
Maria João Leote de Carvalho
Serafim Gonçalves

Oficina de S. José - Braga

Lar de Infância e Juventude
Rua do Raio, 75
4711-914 BRAGA
Tlf: 253 609 100
oficina.s.jose.lar@gmail.com

Coleção

“Práticas e Reflexão sobre
Acolhimento de Jovens em Instituição”

Direção de Coleção

Maria João Leote de Carvalho,
Hugo Cruz e Anabela Salgueiro

PGDH

pgdh@gulbenkian.pt
<http://gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>

Design, Paginação e Arte final

Mergulhar em Ideias, Lda.
www.mergulharemideias.pt

Revisão

Gisela Nunes Martins
Hugo Cruz
Maria João Leote de Carvalho

Impressão

Jorge Fernandes, Lda.

N.º de exemplares

1.000

ISBN

???????



Programa Crianças e Jovens em Risco